

missão das pautas de 10 de março de 1860, estando presentes os vogues abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—Francisco José da Costa Lobo—José Alexandre Rodrigues, relator—Sebastião José de Albuquerque.

Está conforme.—*Mathias Gregorio Rodriguez da Costa.*

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A seguinte sessão terá lugar na sexta-feira proxima, 16 do corrente, sendo a ordem do dia os trabalhos que as comissões apresentarem, e a interpellação annunciada pelo digno par Marquez de Vallada ao ex.^{mo} sr. ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 12 de março de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancia.*

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que precisa comprar em hasta publica pedra britada para as calçadas, que será medida por metro cubico, e posta na praça de Armas, em Alcantara: as pessoas a quem convier fornecer o dito genero podem comparecer nos paços do concelho no dia 15 do corrente, pela uma hora da tarde, onde ha de ter lugar a arrematação, e se adjudicará a quem o menor preço offerecer, e se assim convier á veracão.

A camara municipal de Lisboa faz publico que no dia 16 do corrente, e em diante, se vendem na abegaria da limpeza da cidade a lama e lixo a preço de 450 réis por tonelada, posto a bordo das embarcações: as pessoas a quem convier a dita compra devem dirigir-se ao escriptorio do mencionado estabelecimento na rua da Boa Vista.

Camara, 12 de março de 1860.—O escriptivo da camara, *Nuno de Sá Pamplona.*

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 14 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar, em praça publica, a compra de 30 peças de panno patente para se estender emplastos devendo os concorrentes emgr-se á amostra que n'aquelle acto ha de ser presente, e que desde já pôde ver-se na botica do referido estabelecimento.

Contador do hospital de S. José, 9 de março de 1860.—*Pelo official maior, Antonio Silverio dos Santos.*

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os in-

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Mapa do movimento geral das correspondências entradas na administração central do correio de Lisboa, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUÍDAS EM LISBOA						
De posta interna.....	13.553	2.305	124	92	—	—
Do reino e filhas.....	75.591	17.980	2.475	767	10.046	243
De Hespanha.....	—	—	6.940	6.940	—	—
D'além dos Pyreneos.....	—	—	3.671	7.365	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	125	22	—	—
De portos estrangeiros por navios.....	—	—	1.400	656	—	—
De Indolera, pelos paquetes.....	—	—	2.722	2.826	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	203	295	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	2.835	1.477	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E FILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e filhas.....	98.890	110.624	19.788	7.166	21.044	337
Para Hespanha.....	—	—	6.401	1.298	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	3.442	1.894	14	8	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	2.120	2.112	—	—
Para o Brazil, por navios.....	659	769	1.850	576	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	9.634	1.912	3.341	3.386	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	3.843	306	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	221	549	—	—
	201.769	134.984	68.089	34.714	31.090	580
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	189.122	119.336	52.230	31.599	43.793	639

Segundo a direcção do novo regulamento postal, as 134 cartas e os 32 jornaes e impressos de posta interna, não sellados, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueados, as principaes com o selo de 25 réis, e os ultimos com dois sellos de 5 réis. Pelo mesmo motivo de falta de selo existem por expedir as 14 cartas e os 8 jornaes e impressos para alem dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e filhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Lisboa, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Lisboa, em 6 de março de 1860.—*O administrador, Luiz José Botelho Seabra.*

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE LISBOA

BAIRRO DE ALCANTARA

Relação das annullações das verbas da contribuição predial, respectivamente ao 2.^o semestre de 1859,

ordenadas pela junta dos repartidores do dito bairro

5.^a secção

FREGUEZIA DE SANTA ISABEL

Anna Carolina Martins—por ter ficado devoluto todo o predio da rua da Boa Morte n.^o 3 a 5.....

75110

Anna Joaquina Rosa Dultra—idem varios

quartos de diferentes predios que tem na freguezia.....

3444

Anna Paiva Martins—idem dito dito

Antonio Gaudencio de Mattos—idem a

agua furtada n.^o 203 da rua de S. Bento

Antonio Henriques de Sousa—idem a loja

n.^o 40 da rua de S. Bernardo.....

Antonio Machado Ganeho—idem todo o

predio da rua de Campo de Ourique

n.^o 141.....

Antonio Pereira da Silva—idem o 2.^o andar

do predio da rua do Patrocinio n.^o 42 a 45.....

1630

Antonio Severino de Avellar—idem todo o

predio da rua de S. João dos Bem

Casados n.^o 20.....

5924

Antonio da Silveira Rosa—idem dois quartos

do predio da travessa de Santa Gertrudes n.^o 44 e 45.....

16331

Antonio Vieira do Carmo—idem tres ditos

do dito da rua da Fonte Santa n.^o 137 a 156.....

5887

Augusto Cezar Nunes—idem varios quartos

do predio da rua de S. João dos Bem Casados n.^o 96 e 97.....

25074

Antonio José Gomes—idem dito do predio

da rua do Santo Aleixo n.^o 8 e 9

Bernarda Maria do Carmo Lopes—idem o 1.^o andar

do predio da rua dos Prazeres n.^o 80 a 82.....

15331

Christovão Pinto Barreiros—idem as lojas

do predio da rua de S. João dos Bem Casados n.^o 109 e 110.....

25074

Christovão Carneiro de Andrade—idem

varios quartos dos predios da calçada

dividuos que foram admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.

Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado no dia 18 de fevereiro a arrematação dos objectos de drogaria necessarios para consumo do arsenal da marinha, de novo ha de contratar em hasta publica o conselho de administração de marinha, na sala das suas sessões, no dia 16 do corrente, pelo meio dia, o fornecimento dos sobreditos artigos, pelo tempo que se conveniar.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 10 de março de 1860.—*Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.*

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 15 do corrente, para S. Miguel, Fayal e Terceira, o vapor *Agoriano*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Correio do Paço meia hora antes da que ali for annunciada, para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 12 de março de 1860.—*O administrador, Luiz José Botelho Seabra.*

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Antonio Fernandes Coelho, Antonio Ferreira, Antonio Peres de Lima—Elias da Cunha Pessoa—Francisco de Magalhães Coutinho, Frederico Guilherme da Silva Pereira—Ignacio Lopes de Oliveira—João Maria Alves de Sá, João Rebelo da Costa Cabral, Joaquim Antonio de Passos, Joaquim de Campos Henriques, José Antonio Ferreira Lima, José Correia Godinho da Costa, José Joaquim Alves de Sousa Amado, José Marcelino de Sá Vargas, José Maximino de Castro Leite Vasconcellos, José Theodoro da Silva—L. A. P. B. F. Lucas Castello—M. J. Guedes Horta Silva, Ministro da Justiça, Ministro da Russia—Pedro Ignacio Lopes—Severino Antonio Quirino Chaves—Vicente Ferreira de Novas.

CARTA RETIDA POR FALTA DE FRANQUIA

Para Valparaíso (Chili)

Gabriel Tapia. Administração central do correio de Lisboa, em 12 de março de 1860.

o predio da rua de S. João dos Bem Casados n.^o 131 a 137.....

5928

Jacinta Augusta do Carmo Guerra—por ter ficado devoluto a maior parte do

predio da rua dos Ponzos n.^o 68.....

5574

Jacinta Rosa Martins—idem a loja n.^o 41

João Gomes Ferreira—idem o 3.^o andar

do predio da travessa de Santa Gertrudes n.^o 27.....

5517

João Maria Baptista Machado—idem todo o

predio da rua da Ponta de França n.^o 54 e 55, e o 2.^o andar do predio

da dita rua n.^o 56.....

85544

Joaquim José de Barros—idem a loja n.^o 2

do predio da travessa de Santa Quiteria.....

5887

Joaquim Urbano de Passos (herdeiros)—idem todo o predio da rua dos Prazeres

n.^o 62.....

15333

José Antonio Ferreira Vianna Junior—idem a maior parte do predio da rua

de Santa Isabel n.^o 92.....

303396

José da Costa Monteiro—idem varios quartos

dos predios da rua dos Ponzos n.^o 48, rua da Fonte Santa n.^o 55, e rua

do Patrocinio n.^o 77.....

25662

José Francisco Schultz—idem a loja do

predio da travessa de Santa Gertrudes n.^o 22.....

5443

José Gabriel de Sousa e Silva—idem todo o

predio da travessa de Santo Ildefonso n.^o 19.....

25370

José Maximino de Castro Netto Leite e

Vasconcellos—idem varios quartos dos

predios da rua dos Prazeres n.^o 28 e

rua da Madre de Deus n.^o 36.....

35261

José Moniz—idem dito dito do predio do

largo da Paschoa n.^o 1 a 5.....

75902

José Maria Pinto—idem a loja n.^o 56 do

predio da rua do Cabo.....

15480

José Vassallo Pereira—idem dois quartos

do predio da rua de S. Miguel n.^o 37.....

5739

João Ferreira de Sousa—idem duas lojas

do predio da travessa de Santa Escolastica n.^o 5 e 7.....

5887

Ignacia Maria—idem varios quartos dos

predios da rua de Campo de Ourique n.^o 68 a 82.....

25692

João Rodrigues Branco—idem dois quartos

do predio da rua da Estrella n.^o 33 a 37.....

55975

José Antonio Pinto Soares—idem duas

lojas do predio da rua de S. João dos Bem Casados n.^o 81 e 82.....

15034

Lourenço do Viso (herdeiros)—idem varios

quartos dos predios da rua dos Prazeres n.^o 6 e da rua da Madre de Deus

n.^o 13.....

15035

Luiz Berand—idem uma casa abarracada

na rua de S. Marçal n.^o 17.....

45938

Luiz Antonio Esteves Alves—idem todo o

predio da rua de S. João dos Bem Casados.....

45445

Manuel Antonio da Cunha—idem dito da

rua do Norte n.^o 54 por estar em obras.....

45878

Manuel Diego Marques—idem tres lojas

do predio da rua de S. João dos Bem Casados n.^o 6 a 9.....

25662

Manuel Gomes Ribeiro—idem varios quartos

do predio da rua de S. Bento n.^o 277 e

rua do Norte n.^o 39.....

35226

Manuel Joaquim Barradas Sardinha Mergulhão—idem todo o predio da rua da

Arrabida n.^o 35 por estar em obras.....

35869

Manuel Joaquim Gomes—idem dito da

travessa de S. Placido n.^o 42 por estar em obras.....

25223

Manuel Joaquim Teixeira—idem dito da

rua da Estrella n.^o 44.....

65173

Maria Augusta de Carvalho—idem dito

das terras de Sant'Anna n.^o 14.....

15482

Maria Candida Fortes—idem o 3.^o andar

do predio n.^o 17 da praça do Convento

Novo do Coração de Jesus.....

55927

Maria do Carmo Rozado—idem varios

quartos do predio da rua de S. João Nepomuceno n.^o 12 a 16.....

45691

Maria Gertrudes Vieira da Silva—idem

seis lojas do predio das terras de Sant'Anna n.^o 22 a 25.....

15540

Maria José da Saude Lage—idem o 2.^o andar

do predio da rua do Sol n.^o 126

Maria José da Silva Negrão—idem o 2.^o andar

do predio da rua do Sol n.^o 48.

Maria da Madre Deus de Sousa Padilha—idem a loja n.^o 29 do predio da

travessa do Pombal.....

Maria Marcellina Correia Paganini—idem

tres quartos do predio da travessa de

Santa Gertrudes n.^o 63 a 65.....

Maria Marcellina Rosa da Soledade—idem

varios ditos do predio da rua da Arrabida n.^o 70.....

M

mais estivesse presente; e por isso não procuraria responder ás dúvidas que se põem ao que elle asseverou, se no relatório do sr. ministro das obras publicas não viesse uma frase que poderia dar a entender que os factos não tinham sido narrados com toda a sua exactidão. É possível que houvesse erro no modo de narrar; mas parece-lhe que não. Em assumptos d'esta gravidade e importancia, não costuma o orador andar de leve, e procura dar-lhes toda a attenção, porque entende que a primeira necessidade do homem publico é ser exacto. O orador diz que falla do concurso ao contrato para a construção de estradas, de que trata o decreto de 13 de setembro, publicado no *Diário do Governo* de 17 do mesmo mez; não é porém sua intenção tratar agora da questão, mas unicamente limitar-se a umas perguntas ao nobre ministro que são:

1.ª Será verdade que no dia 25 de outubro, depois do meio dia, procurei a s. ex.ª sr. ministro das obras publicas na sua repartição, e que ali lhe fui declarar, da parte do sr. visconde de Orta e da minha que eramos concorrentes ao concurso para a construção de estradas, de que se estava para fechar n'um dos dias seguintes? Será verdade que por essa occasião eu fui pedir a s. ex.ª... (o sr. visconde de Fontes Arcada: peço a palavra) me dissesse, se havendo o sr. visconde de Orta sido director do caminho de ferro de leste, (director, entendia-se bem, mandado construir o caminho de ferro na ausencia dos emprezarios) o considerava a elle competente, por isso para que ambos satisfizessemos, se não á letra, pelo menos ao espirito do § 2.º do artigo 2.º do decreto de 13 de setembro, no qual se exige que os concorrentes tenham feito trabalhos de viação? Esta é a primeira pergunta.

2.ª Será verdade que s. ex.ª disse que o negocio era grave, que seria pensar sobre elle e talvez consultar alguns dos seus collegas, e que por isso não podia decidir logo? Será verdade, 1.ª, que fazendo eu ver a s. ex.ª a urgente necessidade de resolver breve o negocio, pois o prazo do concurso ia findar no dia 27 (isto não é mais do que uma rectificação) s. ex.ª me disse que daria a resposta no dia seguinte; 2.ª, que n'esse dia, da uma para as duas horas da tarde, procurei na mesma secretaria o sr. ministro das obras publicas; que s. ex.ª me disse que havia reflectido sobre o assumpto e fallado a alguns collegas, e nos considerava aptos e competentes para concorrer ao concurso; e que acrescentou pela mesma occasião, que o governo estava satisfeito, pois havia mais um concorrente, sobre o que se estabeleceu entre nós um pequeno dialogo:

Quem é, lhe perguntei eu?
D. José Salamanca.
Já fez o deposito?
Fallo ámanhã.
Tacs são os factos que o orador asseverou que tinham passado entre elle e s. ex.ª; e que nada mais tinha a dizer por agora; pois que era somente uma questão de dignidade pessoal que o levava a fazer estas simples perguntas, a fim de que ninguém ousasse asseverar as cousas de modo contrario ao como se passaram.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—Sr. presidente,

em nada tenho a dizer sobre o contrato Langlois,

nem t'ho pouco sobre o que a este respeito ocorreu na praça e depois d'ella; se elle aqui vier então o avaliarei.

Mas quando um membro d'esta camara foi um dos licitantes, é obrigação minha fazer algumas reflexões sobre a grande inconveniencia que faz ao serviço publico, que os dignos pares desçam da mais elevada posição social, para se apresentarem nas praças como emprezarios de obras publicas, ou contrahedores de quesequer contratos com o governo.

Já aqui tive occasião de censurar este abuso; agora entendo que é obrigação minha chamar ainda uma vez a attenção da camara sobre este gravissimo objecto, que já l'ha devia ter despertado.

Os grandes privilegios concedidos pela constituição do estado ao parlamento e aos seus membros, são-lhes concedidos para que livremente se possam occupar dos negocios publicos, sem attenção a considerações e interesses pessoais; é pois necessario reconhecer que esses grandes privilegios não são mera formalidade, trazem-nos grandes encargos a que nos devemos sujeitar, e gravissimos deveres que devemos cumprir rigorosamente, e que a isso nos obrigamos accitando uma d'estas cadeiras. O caso é muito serio. (O sr. José Izidoro Guedes:—peço a palavra.) Sr. presidente, não é, nem pôde ser proprio da dignidade de um membro d'esta camara descer da sua elevada categoria, e tornar-se em contrahedor de obras publicas, fazendo-se assim dependente do governo, já porque lhe fez concessões que a outro não fazia, já porque espera que l'has venha a fazer, e quando as suas propostas para as emprezas não sejam accitadas pelo governo, ficará despeitado, e os seus votos n'esta camara, tanto em um como em outro caso, ainda que effectivamente sejam dados conscienciosamente, nunca poderão merecer o respeito que aliás mereceriam, se os dignos pares não estivessem envolvidos em questões de interesses pessoais, impossibilitando-se assim de desempenhar com independencia as funções do logar que acceitaram n'esta casa.

Sr. presidente, esta doutrina não é nova; lá existe adoptada na Inglaterra e nos Estados Unidos. Na casa dos communs de Inglaterra não se admitte aquelle que contrahita com o governo, excepto t'ho somente quando seja para lhe emprestar fundos, como ainda ha pouco ali se determinou, fazendo-se esta declaração no mesmo estatuto em que se excluem de tomar assento n'aquella casa os contrahedores com o governo. Além d'isso, na mesma casa dos communs não só se não consente que algum dos seus membros vote sobre a questão em que esteja interessado, mas até quando por qualquer modo se conhece, depois da votação, que um membro da camara votou sobre objecto em que tinha interesse pessoal, o seu voto é nullo.

E, pelo que toca á camara dos lords, direi que em 1796 apresentou-se ali uma proposta para que os seus membros não podessem votar em questões do seu interesse, e se não foi approvada, foi isso devido a ter sido considerada uma inutilidade, por quanto a honra dos membros d'aquella casa de certo havia de obstar a que votassem sobre o que tivessem o menor interesse. Não l'hes é contudo permitido, pelo regimento da casa, que pertençam a commissões em que se tratam de negocios em que forem interessados pessoalmente.

Eu já disse, e repito, que não entro na questão do contrato; mas tratando-se de um objecto que eu entendo ser contrario á dignidade dos membros d'esta casa, entendi que devia dizer a este respeito algumas palavras.

Um par do reino não pôde e não deve ser contrahedor de obras publicas, e aquelle que a isso desce menospreza a sua dignidade, e tira toda a consideração ao seu voto, que deixará de ser respeitado.

Mantenha pois a camara a sua dignidade, mas para isso é necessario que nós todos nos abstenhamos de tudo aquillo que nos possa pôr em circumstancias de não sermos o que a constituição quer que nós sejamos, isto é independentes. Nada mais direi, disse bastante para manifestar a minha opinião.

O sr. Ministro das obras publicas:—não pôde deixar de entrar n'uma questão muito mais larga do que desejára, porque, com quanto o digno par

fizesse apenas umas perguntas, á primeira vista simples, o sr. ministro para cabalmente responder a ellas tem de se referir aos factos como se passaram, e por isso tem de ser um tanto extenso.

O sr. Izidoro Guedes:—repete que não deseja entrar na questão; que o seu fim é que o nobre ministro responda ás perguntas que acaba de fazer-lhe, o que não pôde ser muito difficil: e assim espera do cavalheirismo de s. ex.ª que não deixará de o satisfazer.

O sr. Ministro das obras publicas:—o digno par pôde perguntar em duas palavras, e pedir que se lhe responda em outras duas; mas elle sr. ministro é que não pôde somente dizer o que s. ex.ª quer. O digno par referia-se a uma expressão que veio no relatório do sr. ministro das obras publicas, e quer que se explique elle ministro apenas em duas palavras? Isso não é possível. N'aquelle relatório, referindo-se a uma representação que o digno par dirigira a Sua Magestade, diz-se que s. ex.ª havia ali menos exactamente referido certos factos relativos á conversação que tivera havido entre elle sr. ministro e o digno par, e quer agora saber do orador se elle lhe dissera, que havia de consultar os seus collegas, e se considerava que elle era pessoa idonea. E com tudo n'aquella representação diz-se que o orador asseverava categoricamente que s. ex.ª e o sr. visconde de Orta eram pessoas idoneas; o que era impossivel que dissesse, porque então estaria em contradicção com o que determina o respectivo decreto sobre estes concursos. Sabe-se que aquelle decreto diz expressamente, que só depois de apresentadas as propostas, com tacs e tacs requisitos, é que o governo poderá dizer que são as pessoas competentes. Por tanto o que poderia ter dito ao digno par, era a sua opinião individual a este respeito, e de pessoa a pessoa, não podia dar-lhe uma resposta official, com relação ao objecto de uma proposta ainda não apresentada; e agora acrescenta que não foi a falta de idoneidade das pessoas o motivo que o governo teve para excluir d'este concurso ao sr. José Izidoro Guedes e ao sr. visconde de Orta, mas outra; e não diz mais nada a este respeito, porque lhe parece que o digno par não quer entrar agora n'esta questão.

O sr. Izidoro Guedes:—peço licença para dizer ao sr. ministro das obras publicas, que tudo quanto acabou de dizer será muito bom, mas não vem para o caso. Elle, orador, pede unicamente a s. ex.ª a explicação dos factos a que se referiu, porque só se trata d'esse objecto; e elle, orador, não vai tão longe que possa supor, que o nobre ministro da coroa não o reputava pessoa idonea. O que lhe perguntou foi se elle era pessoa competente para entrar no concurso, se lhe faltava o queito do § 2.º, do artigo 2.º, do respectivo decreto, e se a circumstancia do sr. visconde de Orta ser contrahedor do caminho de ferro podia servir para satisfazer a disposição d'aquelle paragrapho, que exigia um attestado n'este sentido. Foi sobre este ponto que elle, digno par, fez a sua pergunta a s. ex.ª; e na sua presença declara que não ha de contrariar-lhe, quando assevera que foi sobre este ponto que o sr. ministro lhe disse que eram pessoas competentes, pois não lhe havia de perguntar se o reputava a elle, orador, pessoa idonea. Acrescentou que por essa occasião tambem convenci com s. ex.ª, que o concurso acabava no dia 27; e então ambos trocaram algumas palavras a este respeito. Portanto, insiste em perguntar se é verdade que s. ex.ª repetiu, que tanto elle, orador, como o sr. visconde de Orta, concorrendo ao concurso, tinham as habilitações exigidas pelo § 2.º, do artigo 2.º, d'aquelle decreto, que era um attestado de ter dirigido obras publicas? E se s. ex.ª não convenci com o sr. visconde de Orta no dia 27?

O orador tornou a dizer, que não queria fazer nenhuma censura ao sr. ministro, mas unicamente referir estes factos, os quaes pede a s. ex.ª que diga se são ou não exactos, pois completamente se lousa no que s. ex.ª disser.

O sr. Ministro das obras publicas:—disse que já responderá á primeira pergunta do digno par, que era sua opinião particular que s. ex.ª e o outro concorrente eram pessoas idoneas e competentes; declaração que não está nada em contradicção com os actos subsequentes do ministerio das obras publicas; porque realmente não foi em virtude da falta de competencia do digno par, e do outro cavalheiro, que s. ex.ª não foram admitidos ao concurso.

Em quanto á outra pergunta de s. ex.ª, se convieram ambos em que o concurso acabava no dia 27, deve notar-se que o digno par disse na sua representação (que não tem presente) que elle, sr. ministro, lhe tinha declarado oficialmente que o concurso acabava n'aquelle dia...

O sr. Izidoro Guedes:—se v. ex.ª me dá licença aqui está a representação.

O sr. Ministro:—aquí estão as palavras do digno par (leu).

O digno par allude a uma conversação particular que teve com elle orador. (O sr. Izidoro Guedes:—peço a palavra.) O que o digno par diz na sua representação é o que se passou n'essa conversação particular. (O sr. Izidoro Guedes:—não foi conversação particular, foi uma communicação que fez a s. ex.ª no seu gabinete.) Eu não recibo, disse o sr. ministro, estas representações no meu gabinete, fallo a todas as pessoas qualificadas, e não qualificadas, que me procuram na repartição a meu cargo; mas o que ali digo não passa de uma conversação particular, que não dá, nem tira direitos a ninguém.

Que na conversação particular, que teve com o digno par, disse-lhe este que acabava o prazo para o concurso no dia 27, mas elle, orador, não sabia, nem tinha obrigação de saber isso, razão por que não fez objecção alguma á asserção de s. ex.ª, de que o concurso acabava no dia 27, pois que s. ex.ª tinha já com essa idéa, e foi até o que elle, sr. ministro, ficou suppondo. Mas essa simples annunciação distingue-se muito do facto como vem relatado na sua representação. É por isso que disse no relatório que este facto era menos exactamente referido. Esta é que é a verdade, que continuará a confirmar.

Disse mais, que daria ao digno par e á camara todas as outras explicações que quizessem sobre este objecto n'outra qualquer occasião, mas parece-lhe que, tendo pedido que se adiasse as interpellações, tendo motivo de se estar a discutir na outra camara a resposta ao discurso do throno, a que, como membro do gabinete, deve assistir, entende que a camara não o querá demorar por muito tempo (apoiados).

O sr. Presidente:—eu devo observar ao nobre ministro, que, se deixei dar maior vulto a esta conversação, foi porque s. ex.ª convenci n'isso, pois a camara já tinha annuido a que ficasse adiada a interpellação (apoiados).

Agora tem o sr. Izidoro Guedes a palavra.

O sr. Izidoro Guedes:—a camara terá observado que tem sido muito resumido n'esta discussão; mas não pôde deixar de declarar que não aceita as explicações do sr. ministro, porque ellas não significam toda a verdade. Quando s. ex.ª convenci com o orador, no dia 26, em que o prazo para o concurso findava no dia seguinte, foi n'essa occasião que lhe annunciou que tambem havia uma proposta do sr. Salamanca, e que ia fazer o deposito. O orador não perguntou explicitamente quando acabou o prazo, pois toda a gente pensava que era no dia 27, a propria secretaria o pensava tambem, e s. ex.ª não me nos. Todavia não faz d'isso questão, o que quer que se entenda bem é que elle foi exacto quando

disse que o sr. ministro da coroa lhe pediu 24 horas para saber se elle podia concorrer ao concurso; e que voltando no outro dia á secretaria das obras publicas ouvira da boca de s. ex.ª, no seu gabinete, que elle orador era competente para entrar no concurso; e quando lhe pediu que resolvesse o negocio depressa, porque queria engajar um engenheiro, mas não o poderia fazer se houvesse alguma demora, foi então que, depois de trocarem-se algumas palavras, convieram, o sr. ministro e elle, em que o concurso no dia 27, ainda havia tempo sufficiente para tratar d'esto objecto. Resumindo isto: que elle orador foi fallar com s. ex.ª no dia 26, e que n'esse dia, cheio de satisfação, lhe disse que havia mais concorrentes, e já sabia então que o sr. Salamanca fazia o deposito n'aquelle mesmo dia.

A vista disto não tem mais nada que dizer agora, mas quando se tratar da análise d'este ponto dirá muito mais, porque ainda tem muito mais que dizer sobre esta questão, não pelo facto pessoal, mas pelos correlarios que se podem tirar.

Antes de sentar-se disse ao digno par, o sr. visconde de Fontes Arcada, que logo observou que não queria tratar aqui esta questão; mas sempre entende que deve dar uma explicação a s. ex.ª, porque, sendo uma pessoa muito respeitavel, podia mal interpretar as suas expressões (O sr. visconde de Fontes Arcada:—peço a palavra); por isso declarou logo que não queria tratar desta questão, mas se a quizesse tratar não havia de tomar parte n'ella sem primeiro se consultar a camara se entendia que, não sendo interessado n'este contrato, podia entrar na discussão d'esto objecto, porque por ora não ha ainda nenhum contrahedor: mas como não fez, nem tem feito nenhum contrato, basta que unicamente diga agora ao digno par, que quando se tem associado, sem que contudo tenha contrahido em obras publicas, em qualquer das camaras onde tem tido assento, se tem absteido, não só de votar, mas até de tomar parte em questão que diga respeito a negocio que de qualquer forma o interesse.

Tambem disse ao digno par, que comprehende muito bem os principios que s. ex.ª estabeleceu, que os aceita completamente; mas cre que está justificado de ter tomado estes minutos á camara, porque effectivamente era esta uma questão de pundonor que demandava estas explicações entre elle e o nobre ministro, independentemente da interpellação annunciada que fica para outro dia.

O sr. Ministro das obras publicas:—darei só duas palavras.

Parcei-me que o sr. Izidoro Guedes disse que fui eu o primeiro...

O sr. Izidoro Guedes:—não disse isso em parte nenhuma. V. ex.ª não disse no dia 26 que já não se licitava; quando lhe pedi que visse se eu tinha necessidade de enjañar o engenheiro que tinha em vista, disse: «Tenho a satisfação de dizer que ha mais concorrentes, e um, que é o sr. Salamanca, faz o deposito ámanhã».

O sr. Ministro das obras publicas:—não se lembra se disse que o sr. Salamanca fazia o deposito no dia seguinte; do que se lembra é de ter dito que havia outro concorrente que lhe parecia que representava o sr. Salamanca. E mesmo não podia dizer outra coisa, porque não foi elle que se apresentou a licitar, foi um engenheiro que o representou; mas em todo o caso parecia, das expressões do digno par, ter s. ex.ª dito que foi elle, sr. ministro, o primeiro a fallar no dia 27.

Em quanto ao mais, como o digno par diz que tem muito a dizer n'esta questão, que dirá na occasião competente, reservar-se-ha tambem elle, sr. ministro, para essa occasião.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—sr. presidente, serrei muito breve.

Eu disse aquellas poucas palavras, porque estava possuido da necessidade de as dizer. Eu entendo que a primeira obrigação, que têm os membros do parlamento, é tornar este corpo o mais digno de respeito que possa ser. Todos os privilegios que a constituição do estado nos concede, pois são muitos os nossos privilegios, como membros do corpo legislativo, não nos podem ser concedidos senão para um grande fim, que é a independencia que devem ter todos os membros do parlamento, para todos os negocios publicos; por consequencia tudo quanto tender a mostrar que talvez esta independencia, pelo conhecimento que temos do coração humano, se não possa dar, deve evitar-se. Assim as pessoas em qualquer casa do parlamento, que forem interessadas em qualquer objecto, votando mesmo imparcialmente, não se suppe que assim o façam. Uma coisa é a confiança pessoal que se pôde ter na pessoa, outra coisa é a confiança legal, e é sabido que ninguém pôde ser juiz e parte ao mesmo tempo, sem ser suspeito de parcial. Finalmente, em desejo que as camaras se possuam dos grandes deveres que a sua alta dignidade exige d'ellas, e que os seus actos sejam n'esta conformidade, contribuindo para isso a independencia dos seus membros. O digno par, que me dirigiu algumas palavras, está tambem n'estes principios, agora a applicação que lhes quer dar não sei em qual será; mas já se viu, por este tiroto que tem havido entre o sr. ministro e o digno par, que eu tinha razão no que disse, e se a sua dignidade como membro d'esta camara, e a da mesma camara, não tem já soffrido; se s. ex.ª não estivesse envolvido n'esta questão, como effectivamente está, este inconveniente não se havia de dar.

Não tenho mais nada a dizer.

O sr. Presidente:—O sr. ministro não pôde continuar a estar presente, por consequencia tambem se não pôde proseguir n'esta questão.

Vae fazer-se segunda leitura de uma proposta mandada para a mesa na ultima sessão pelo sr. visconde de Sá.

Leu-se.

As commissões de guerra e marinha.

O sr. Visconde de Castro:—Mando para a mesa dois pareceres de commissão.

A imprimir.

O sr. Presidente:—Os dignos pares sabem que na outra camara se está discutindo a resposta ao discurso da coroa, a qual parece que levará alguns dias; portanto julgo conveniente espagar por poucos dias a reunião d'esta camara, se os dignos pares convierem (apoiados), dando a sessão immediata para quarta feira seguinte, e mandando-se distribuir por casa dos dignos pares os pareceres que vão a imprimir. D'este modo poupa-se uma sessão intermedia, que não serve de nada (apoiados). Por consequencia, a sessão seguinte terá lugar na quarta feira, 7 de março, sendo a ordem do dia as interpellações que estão annunciadas, e os projectos que l'ho de ser distribuidos aos dignos pares. Está levantada a sessão.

Passava das quatro horas da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 29 de fevereiro de 1880

Os srs. visconde de Athoia; marquezes de Ficalho, de Loulé, de Niza; condes das Alcaçovas, de Arcochella, de Azinbaga, do Bomfim, de Farrobo, de Mello, de Paraty, de Peniche, da Ponte de Santa Maria, do Sobral; viscondes de Alagés, de Balsemão, de Benegazil, de Campanhã, de Castro, de Fontes Arcada, da Luz, de Ovar, de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Aneide, de Pernes; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Ferrão, Aguiar, Larcher, Izidoro Guedes, Eugenio de Almeida, Brito do Rio.

Correspondencia que foi lida na sessão de 27 de fevereiro, e que por omisso não foi inserida no respectivo extracto.

Um officio do ministerio da guerra enviando para serem distribuidos pelos dignos pares com exemplares das contas da gerencia do anno economico de 1858 a 1859, e do exercicio de 1856 a 1857.

Mandaram-se distribuir.

Dois ditos da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando duas proposições; uma sobre ser o governo autorizado para prorogar os prazos estabelecidos no artigo 8.º da carta de lei de 29 de julho de 1854 para a troca e giro das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação, e bem assim para ser renovado o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1856; e outra autorizando o governo a fazer crear e emitir até á quantia de 1.000.000\$000 réis em inscripções de 3 por cento, em addição á de 1.750.000\$000 réis autorizada pela lei de 7 de junho de 1859.

Mandaram-se á commissão de fazenda.

Do secretario da academia real das sciencias, pedindo uma relação dos dignos pares, que ainda não receberam a parte 2.ª do 1.º tomo das *Lendas da Índia*, e o tomo 17.º do *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas*.

Para a secretaria.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 12 DE MARÇO

PRESENCIA DO EX.º SR. BAPTISTOLMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verificou-se, pela chamada, estarem presentes 62 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Mello Gouveia, de que o sr. Lobo de Avila declarou verbalmente na mesa, que não tem comparecido a algumas das sessões antecedentes por incommodo de saúde.—*Inteirada*.

2.ª Do sr. Abranches, de que, por motivo justificado, não lhe foi possível comparecer na sessão passada.—*Inteirada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, acompanhando as representações, pedidas pelo sr. Azevedo Pinto, da commissão reguladora do commercio da agricultura dos vinhos do Alto Douro, dirigidas ao governo em data do 1.º e 16 de fevereiro passado.—*Para a secretaria*.

2.º Uma representação dos proprietarios, lavradores e creadores dos campos de Coimbra, contra muitas disposições da carta de lei de 12 de agosto de 1856, e os excessos que se têm commettido na sua execução.—*A commissão de obras publicas*.

3.º Dos guardas da fiscalisação da alfandega grande de Lisboa, pedindo augmento de vencimentos.—*A commissão de fazenda*.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 156, apresentado pela commissão de instrucção publica, na sessão legislativa de 1857, sobre a necessidade da criação da cadeira de theologia pastoral, na faculdade de theologia da universidade, e requeiro que esse objecto seja de novo submettido á actual commissão de instrucção publica para dar o seu parecer.—*José da Encarnação Coelho*.

É admittida e enviada á commissão de instrucção publica.

Igualmente tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Lopes Branco, sobre organisação e administração civil.

É admittido e enviado á commissão de administração publica.

2.º Do mesmo sr. deputado, propondo os meios de prover ás obras de que carece o estado em que se acha o rio Mondego e os campos de Coimbra, e a revogação da lei de 12 de agosto de 1856.

É admittido e enviado á mesma commissão; e resolve-se que ambos sejam impressos no *Diário de Lisboa*.

O sr. Mello Soares:—chama a attenção do sr. ministro da justiça sobre um assumpto de alta transcendencia e moralidade publica.

Num jornal do Porto, intitulado mesmo o *Jornal do Porto*, vem transcripto um documento sobre a suspeição dada pelo juiz de Felgueiras n'um processo criminal, documento que causa estranheza e admiração a todos os que sabem o que é a administração da justiça. Este juiz deu-se de suspeito n'um processo criminal, sem declarar nenhuma das causas que por lei se admittem para suspeição, quando n'estes processos os juizes não se podem dar por suspeitos senão quando a suspeição vem pela relação de sangue ou parentesco. Este juiz, julgando-se não violentado, mas injuriado a ponto de recear que a injuria lhe faça perder a imparcialidade, que é propria de um juiz, declara que não admittira mais justiça a estas partes, queixando-se de que esta injuria que se lhe arreemou foi de muito alto.

Este objecto não pôde ficar no escuro; é preciso saber se este juiz foi violentado e por quem; e por isso pede a s. ex.ª que, pelo meio competente, ordene que este juiz publique tambem este documento.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—cre que é escusado dizer á camara que o documento a que o juiz se possa referir, não partiu do governo (muitos apoiados). Tambem, como o illustre deputado, considera muito grave o facto; ha dois dias que teve noticia da declaração do juiz de Felgueiras, por vir transcripta nos jornaes, e n'esse mesmo dia mandou uma portaria para que este juiz respondesse, se aquelle despacho tinha sido lançado por elle nos autos, e que informasse o governo dos motivos que o tinham levado a exarar-lo, para depois o governo proceder como fosse de justiça. Já se vê que havendo conhecimento do facto ha dois dias, não é possível ter ainda resposta da ordem que se expediu.

Conclue dizendo que, pela sua parte se não de empregar os meios convenientes para reprimir factos de similhante ordem, se effectivamente elles existiram (apoiados).

O sr. Barros e Sá:—pede que se consulte a camara se permite que sobre este incidente possam tomar parte aquellos senhores que pedirem a palavra.

A camara resolve negativamente.

O sr. Soares Franco:—pediu a palavra na ultima sessão, para responder a algumas das ponderações feitas por um illustre deputado e seu amigo o sr. Maia, e tanto o julgava mais necessario, quanto que se poderiam tirar illações muito desagradaveis contra alguns cavalheiros que, não tendo voz na camara, não se podiam defender, ficando por assim dizer, vergando sob accusações infundadas; mas infelizmente não pôde obter a palavra n'essa sessão, por causa de um acontecimento fatal e imprevisto, que toda a camara e o paiz lamentam profundamente, porque amigos e adversarios fazem justiça á probidade, honradez, dedicacão ao trabalho, e muito amor pelo seu paiz, que possui o mais alto grau o illustre ministro da marinha (apoiados).

Muitos dos srs. deputados que se acham presentes, sabem que elle, orador, tem estigmatizado com a maior vehemencia os erros accumulados de longa data que têm produzido a perda da nossa marinha, isto em um paiz que deve ser essencialmente

maritimo, porque Portugal é uma orla de terreno comprehendido entre o mar e o leão de Castella, e que só pôde ser grande e poderoso, quando der o devido desenvolvimento á rica herança que nos legaram nossos antepassados, porque é ali que se dão os riquissimos generos coloniaes, nascendo espontaneamente o algodão, o café e a canna de assucar, sem contar riquissimas minas; mas a realisação de todas estas vantagens não pôde ter lugar, sem termos uma marinha sufficiente, que possa dar aos governadores a força physica e moral, de que carecem, para obstar ao trafico da escravatura, proteger o commercio lícito dos portuguezes, e impedir o contrabando, e dar-nos communicacões facéis e rapidas com a metropole, collocando portanto a nossa marinha a par das outras nações que a possuem, e equiparando os seus vencimentos com os d'essas nações; porque os navios quando saem a barra tornam-se cosmopolitas, concorrendo uns com os outros; e n'isto vale a honra da nação, porque nenhuma differença se dá nos officios, porque pertencem a uma nação maior ou menor. Debaixo d'este ponto de vista, associa-se de todo o coração ás idéas expendidas pelo seu nobre amigo o sr. Maia, mas isto nada tem com o naufragio do brigue *Mondego*.

Depois de ler alguns documentos officiaes, acrescenta que o nobre visconde de Athoia quando mandou metter o brigue *Mondego* no dique, já se sabia a commissão para que era destinado; e em vista dos mesmos documentos pôde asseverar, que não foi em mau estado, mas sim o mais perfeito possível, e a prova é que tendo saído de Lisboa em 25 de novembro de 1855, em 4 de setembro de 1859 dizia o commandante que o navio do seu commando estava prompto para qualquer commissão, tendo trez mezes de mantimentos a bordo.

Por esta occasião não pôde deixar de pagar um tributo de consideração ao nobre visconde de Athoia, pelo grande serviço feito á marinha e ao paiz, acabando com essa longa lista fantastica de navios que figuravam no mappa, mas que não estavam no caso de navegar.

Quando entrou no ministerio o nobre visconde de Sá, todos conhecem os esforços que este illustre veterano fez, em tão pouco tempo, para restaurar a nossa marinha do estado marasmatico em que se achava; e tendo saído do ministerio legou ao seu successor a corveta *D. João* prompta a navegar, assim como a fragata *D. Fernando* e o brigue *Pedro Nunes*, sem contar com as embarcações feitas em Inglaterra; e o sr. Ferrer expediu logo estes vasos, para render os que se achavam ausentes.

Já vê portanto a camara que nenhuma das admistracões, nem o benemerito inspector do arsenal são culpados de um tal sinistro, tão frequente aos homens que se dedicam a esta nobre profissão, tão mal comprehendida e peor retribuida n'este paiz, porque a melhor e a maior parte da vida é passada entre febres, ou na costa de Africa, ou em paizes em que reinam doenças epidemicas e quando regressam á patria, muitas vezes em lugar de encontrarem o carinho da familia, os afagos dos amigos, uma morte ingloria os aguarda nos abysmos do oceano, onde se tem passado muitos dramas iguaes ao que aconteceu ao brigue *Mondego*, e a prova está nos quatrocentos navios que se perderam ultimamente no canal de Inglaterra.

Parcei-lhe portanto que tem respondido completamente a tudo o que se disse acerca do sinistro do brigue *Mondego*; e agora passaria a ler alguns paragraphos de um officio que tinha recebido o director da 3.ª direcção do escrivão do brigue, que pouco poderá differir da parte que espera receber a todo o momento do commandante do navio (*leu*). Já vê por tanto a camara que o naufragio foi devido a uma tempestade horrorosa, e que se fizeram esforços sobrehumanos a fim de salvar todas as pessoas que se achavam a bordo; e logo que tenha a participação do commandante ha de fazer uma proposta para se votarem agradecimentos ao bravo capitão e tripulação da barca franceza, que t'ho habilitado como valentemente salvou a maior parte da tripulação, bem como uma recommendação ao governo, a fim de recompensar de uma maneira digna e honrosa para a nação um tal serviço.

Recomendará igualmente as familias dos que pereceram, porque este facto é igual ao que se deu com a fragata *Dona Maria*. Não toma mais tempo á camara porque a sua missão está cumprida.

O sr. Alves Martins:—manda para a mesa uma proposta renovando a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. Rojo:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Alandroal, pedindo que seja approvado o contrato para a continuacão do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja.

O sr. Rocha Peixoto:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Lobo d'Avila:—n'uma das sessões passadas requereu que se imprimissem todos os documentos relativos á questão do caminho de ferro de leste, e vê, pelo exame dos documentos impressos que foram distribuidos, faltarem alguns, que considera importantes; entre os quaes, dois officios escriptos pelo concessionario, que foram presentes ás commissões, em referencia ás alterações que se fizeram o que não tinham sido apresentadas n'esta casa. Ignora se a camara sabe que nas commissões se julgou, pelo menos por parte da maioria, deverem introduzir-se algumas alterações no contrato que foi apresentado ás cortes, além d'aquellas que já estavam mencionadas no respectivo projecto de lei, e que n'elles eram approvadas. E não tendo n'essa occasião o sr. ministro tomado a responsabilidade na apresentação d'essas alterações, como já a não tinha tomado perante as cortes, julgou a maioria das commissões, que por intermedio do mesmo sr. ministro deviam tratar com o concessionario. O sr. ministro prestou-se a levar uma indicacão das alterações que as commissões julgaram necessarias, e em resposta a ellas appareceram dois officios do concessionario, dizendo que accitava umas e não accitava outras, e dando as razões porque o fazia. Estes dois officios não appareceram impressos, e julgamos de grande interesse para esclarecimento da camara. Este negocio é da mais alta importancia para o paiz, porque todos querem que se faça o caminho de ferro, mas não querem que se forme uma nova questão de que resulte

O sr. Lobo d'Avila:—assim é, mas deseja que sejam impressos: não os quer para uso particular, mas para a camara tomar conhecimento d'elles (apoiados).

O sr. Presidente:—achando-se nos corredores da camara um sr. deputado para prestar juramento e tomar assento, convida os srs. vice-secretarios a introduzi-lo na sala.

Entra na camara e presta juramento o sr. Miguel Pinto Martins.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—a maior parte das indicações feitas pelo sr. deputado podem ser satisfeitas pela mesa, onde estão todos os documentos. Entretanto o sr. deputado fallou de dois officios lidos por elle, sr. ministro, nas commissões reunidas de obras publicas e fazenda; porém estes dois documentos são uma carta particular, e uma nota, que nem está assignada; são dois documentos particulares que o sr. deputado não tem direito a exigir que sejam apresentados, nem esclarecer em cousa alguma a questão; a questão elucidada-se pelos documentos que estão sobre a mesa.

Perante as commissões responsabilisou-se pela acceitação d'aquellas propostas, em consequencia do accordo que havia entre o governo e o empresario para o effeito d'aquellas alterações que vêm propostas no § 2.º; por consequencia os dois documentos a que se refere o sr. deputado não são officios, não esclarecem em cousa alguma a questão, e é o mesmo que o mais importante que se continha na carta particular está assignado em um dos documentos que foram mandados para a mesa, e estão impressos.

O sr. Lobo d'Avila:—em um negocio d'esta importancia não ha documentos particulares. Se estes documentos forem uteis e necessários para se ventilar este negocio nas commissões, a camara tem tambem direito de os avaliar, e se não tem significação alguma, não sabe para que foram presentes á commissão (apoiados). Em negocios d'esta importancia deve haver toda a publicidade, toda a verdade e toda a sinceridade, e todo o mysterio se deve pôr de parte (apoiados). A camara tem direito a saber tudo que se tem passado a respeito d'este negocio, e aquellos documentos são importantes por isso que se referem á nova face que o negocio tomou, e na qual o sr. ministro parece que abdicou a sua iniciativa, sendo substituido pelas commissões, que trataram de negociar com o concessionario, servindo o sr. ministro de intermediario; a camara precisa de saber o processo por onde se chegou ao ultimo resultado; precisa saber o que se pediu, o que o concessionario concedeu, e a razão por que o fez; e é isso que consta dos dois documentos a que se refere.

O sr. Presidente:—convidando o sr. deputado a mandar para a mesa a sua proposta por escrito, acrescenta que lhe parece que a camara está disposta a querer ouvir mais alguns srs. deputados sobre o assumpto, mas não se atreve a dar a palavra a ninguém, sem a consultar primeiro, para em tempo algum poder ser censurado por alterar a ordem que tem seguido até aqui, sobre a inscripção dos srs. deputados que pretendem fallar antes da ordem do dia.

O sr. Rebello Cabral:—pergunta se existe algum requerimento ou proposta na mesa sobre que possa recair a discussão.

O sr. Presidente:—declara haver uma proposta annunciada pelo sr. Lobo d'Avila, a quem já convidou para a reduzir a scripto.

O sr. Rebello Cabral:—observa que se está entrando antes de tempo na discussão de um objecto, que está da parte da ordem do dia, parecendo-lhe mais conveniente que o sr. deputado se reserve para a occasião de se entrar n'essa discussão apresentar a sua proposta de adiamento, se não estiverem impressos todos os documentos que julga necessários para esclarecer a questão.

É lido na mesa o seguinte requerimento.

«Requeiro que sejam publicados todos os documentos que foram presentes ás commissões, relativos ao contrato das linhas de ferro de leste e do norte, assim como o officio de 2 de dezembro de 1859, dirigido ao governo por parte do concessionario; e o officio do fiscal do governo sobre o andamento dos trabalhos.»

É admittido e entra em discussão.

O sr. Presidente:—como ha senhores que pediram a palavra para antes da ordem do dia, e outros que a pediram sobre esta questão, consulta a camara sobre se devia agora conceder a palavra com preferencia aos que a pediram sobre a materia d'este requerimento.

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não ha mysterio algum no assumpto, nem o podia haver quando elle foi tratado diante de dezotto pessoas, que tantos são os membros das commissões, que todos estão presentes, e nenhum é capaz de negar o que ali se passou. As commissões assestaram a que o governo tratasse com o concessionario, porque tratando-se de fazer certas alterações ao contrato, era necessario que o concessionario concordasse com essas alterações. A negociação foi verbal, e verbalmente apresentou ás commissões o resultado d'ella; mas n'essa occasião apresentou uma carta particular, e uma pequena nota escripta pelo concessionario, mas que nem assignatura tinha, e se leu essa carta na commissão, sendo uma carta particular, foi porque estava autorizada para a ler pela pessoa que a escreveu, e a delicadeza pede que não a apresente em publico, sem tambem estar autorizada para isso. Não reconhece ao sr. deputado o direito de exigir que apresente essa carta com o caracter official; pôde apresentá-la ao sr. julgador conveniente, e se for autorizada para isso pela pessoa que a escreveu; mas, mesmo no caso de a não apresentar, porque sendo um documento sem importancia pôde-se ter desenganado, na discussão ha de se dizer tudo que ella continha, e ha de se ver que não ha mysterio algum.

Mesmo pela maneira por que está redigida a proposta do sr. deputado, ella não abrange a carta, porque não se pôde considerar como documento; e em quanto ao officio de 2 de dezembro, deve existir na secretaria das obras publicas ou no conselho, e esteja onde estiver ha de ser remetido á camara, visto que o sr. deputado o pede.

O sr. Thomaz de Carvalho:—não pôde deixar de reclamar contra a exigencia de serem apresentados em publico papeis que não podem ser considerados como documentos publicos; e nota que se queira inculcar que ha segredo em negocios que foram passados diante de dezotto pessoas, entre as quaes estava o illustre deputado, auctor do requerimento, que pôde referir á camara o contexto da carta e da nota.

É a primeira vez que se exige-se que a uma carta particular se dê o caracter de documento publico, e se elle fosse ministro não apresentava essa carta nem mesmo com o consentimento da pessoa que a escreveu. A camara sabe que não houve mysterio nem segredo algum a este respeito, porque ella foi chamada a uma reunião particular onde elle foi exposta toda a questão.

Estima que o sr. deputado tenha corrigido as suas opiniões, porque quando se tratou da negociação com mr. Thornton, o sr. deputado considerou então a questão como de confiança, e não queria que se apresentasse documento algum; mas hoje exige até a apresentação de uma carta particular.

O sr. José Hortas:—não pôde haver mysterio acerca de uma questão que foi tratada perante os membros da camara, que sabem o caminho que levou,

os tramites por que passou, e o resultado final que obteve. Entende que são documentos aquellos que tenderem a esclarecer os artigos que vêm consignados nas propostas que se lio de discutir; os que não tiveram esse fim, nem o sr. ministro é responsável por elles, nem a camara lhe pôde exigir que os apresente. Um dos documentos a que se refere o sr. Lobo d'Avila diz respeito a um methodo de concessão, que não progrediu, por consequencia não vem em cousa alguma para a questão.

O sr. Mousinho d'Albuquerque:—está-se discutindo uma cousa inutil e improficua, porque o sr. deputado pede só a impressão de documentos, e ninguém se oppõe a que esses documentos sejam publicados, mas não são documentos nem a carta particular nem a nota sem assignatura, nota que de mais a mais está transcripta na memoria em hospital, que todos os srs. deputados receberam.

O sr. Lobo d'Avila (sobre a ordem):—tendo sido accusado de pretender tratar de assumpto fóra de proposito, introduzindo assim a desordem na discussão, cumpre-lhe reflectir que procedeu conforme com todas as praticas parlamentares, porque sempre que se trata de discutir qualquer negocio importante, pede-se a publicação de documentos que podem elucidar esse mesmo negocio. Não quiz prevenir a discussão do assumpto; absteve-se de entrar n'ella, mas não pôde deixar de pedir a publicação de documentos que, na sua opinião, podem elucidar o negocio.

A requisição do sr. Dias de Azevedo julga-se a materia discutida.

Resolve-se que se imprimam todos os documentos.

O sr. Justino de Freitas:—por parte da commissão de poderes, remetto para a mesa o parecer da mesma sobre a eleição do circulo de Idanha a Nova.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—manda para a mesa uma proposta, dispondo: 1.º, a permissão da entrada da aguardente estrangeira mediante o pagamento de 25000 réis por almude de alcool puro; 2.º, que o azeite de oliveira, procedente de paiz estrangeiro, seja admittido com o direito fixo de 35000 réis por cem arroba; 3.º, que as fazendas estrangeiras não mencionadas na tabella de exportação e reexportação, paguem d'ora em diante pela sua reexportação o direito de 1 por cento ad valorem; e 4.º, que em quanto durar o tratado celebrado com a França as embarcações portuguezas sejam, como as estrangeiras a ellas equiparadas, em quanto aos direitos de tonelagem, iguaes aos navios francezes, os quaes são isentos de taes direitos nas hypothese de que trata o artigo 14.º do sobre-dito tratado.

A commissão de fazenda.

ORDEN DO DIA

DISCUSSÃO DO PARERE N.º 11

É o seguinte:

Senhores.—Foram presentes á commissão de verificação de poderes as diferentes propostas de diversos membros d'esta camara, para se resolver se o sr. Filipe Folque, director da companhia das aguas n'esta capital, está comprehendido no n.º 3.º, do artigo 13.º, do decreto de 30 de setembro de 1852, que declara incompetivel o lugar de deputado com o de director de quaesquer companhias ou sociedades, que recebem subsidio do estado, ou administrem alguns dos seus rendimentos.

A commissão, examinando detidamente o contrato definitivo, celebrado em 29 de setembro de 1858 entre o governo e a companhia das aguas, para o abastecimento da cidade de Lisboa, encontrou n'elle o seguinte:

1.º Que a administração e usufructo, e respectiva posse do aqueducto e deposito das aguas livres, e de todos e quaesquer outros aqueductos e depositos, nascentes, ramais, tanques, charnizos, rios, ribeiros, regatos e pozos, que, na data do contrato provisório, pertenciam ao dominio do municipio de Lisboa, e estavam sujeitos á sua administração, são concedidos á empresa das aguas;

2.º Que lhe é concedido o dominio util, posse, administração e usufructo de todas as aguas que a mesma empresa adquirir e aproveitar, de todos os depositos, aqueductos e quaesquer outras obras que construir, e de todo o material que empregar;

3.º Que o dominio directo das mesmas aguas, obras e material empregado fica pertencendo, desde a data da sua acquisição e aproveitamento, construção ou emprego, ao municipio de Lisboa para todos os effeitos juridicos;

4.º Que finda a concessão revertirá para o municipio, sem indemnização alguma, o dominio util, posse, administração e usufructo de todas as obras construídas pela empresa, aguas e terrenos adquiridos, assim como a posse, administração e usufructo de todas as outras obras e mais objectos que lhe são confiados;

5.º Que nem o governo nem a camara municipal concedem á empresa subsidio ou garantia de juro ou amortização;

6.º Que a perda do deposito dos 60:000\$000 réis, quando a empresa não cumprir o seu contrato, é para o cofre do municipio.

7.º Finalmente, que durante o prazo de 48 mezes poderão entrar livres de direitos, debaixo da fiscalização do governo, todos os utensilios, machinas, instrumentos, materias e quaesquer outros objectos necessarios para a construção das respectivas obras.

A vista d'estas estipulações, a commissão considerando que o abastecimento das aguas é assumpto municipal (artigo 122.º n.º 3.º do codigo administrativo);

Considerando que em todas as estipulações do contrato se concedem á empresa a posse e administração do que era municipal;

Considerando que as obras feitas e os terrenos adquiridos pela empresa ficam d'onde logo pertencendo ao dominio directo do municipio, que o consoldará com o util no fim da empresa;

Considerando que as multas estabelecidas no contrato revertem a favor do municipio;

Entendeu que o contrato é puramente municipal, estando por isso fóra da disposição do § 3.º do artigo 13.º do decreto de 30 de setembro de 1852; e posto que a concessão se conceda por 48 mezes a isenção de alguns direitos, nem essa isenção importa a idea de subsidio a que a lei eleitoral se refere, nem é um dom gratuito, mas uma compensação pelos direitos de consumo que o estado percebe, privando d'elles a camara municipal.

Mas considerando ainda a commissão que na condição 14.ª do contrato se declara expressamente que nem o governo nem a camara municipal concedem á empresa subsidio ou garantia de juro ou amortização.

Considerando que a mesma empresa não administra rendimento do estado;

É de parecer que o sr. Filipe Folque, sendo director da companhia das aguas, não é de companhia ou sociedade que recebe subsidio do estado, ou que administre alguns dos seus rendimentos, e por consequente que não é obrigado a optar.

Sala da commissão, 1.º de março de 1860. — José Marcellino de Sá Vargas — Rodrigo Nogueira Soares Vieira (vencido) — Justino Antonio de Freitas — Antonio Rodrigues Sampaio. — Tem voto do sr. Antonio Augusto Correia de Lacerda.

O sr. Peguito:—um dos caracteres que mais distinguem a lei, é a sua generalidade; a lei consigna principios, e não contempla especialmente as pessoas, ainda que desgraçadamente no nosso paiz nem todas as leis estão n'esse caso, nem tendo sido formuladas por essas normas. As leis feitas para

certas e determinadas pessoas não merecem o nome de leis, são privilegios. O legislador vae procurar os principios para consignar nas leis a natureza das cousas, aquillo que a razão, a reflexão e a experiencia lhe mostram que é a verdade, e aquillo, que mais commun e geralmente acontece. Assim, em materia eleitoral, a lei partiu do principio, de que, para qualquer cidadão poder votar ou ser votado, era mister que tivesse uma certa illustração e independencia, e suppondo que a posse de certos diplomas litterarios, e o pagamento de um certo censo eram signaes indicativos da existencia d'essas duas qualidades, estabeleceu então a regra e disse: «quem tiver taes diplomas litterarios, quem pagar tal censo, terá o direito de votar e ser votado; quem os não tiver, não gozará nem de um, nem de outro direito.» Da consignação d'esta regra não pôde deduzir-se, que só, e unicamente os que tiverem os indicados requisitos, possuem aquellas qualidades, porque, mesmo sem elles, alguns poderiam haver que as tivessem; mas a lei suppoz, que seriam mui poucos, e que seria menos damno para a sociedade ficarem esses sem taes direitos, do que estabelecer uma regra diversa. São principios semelhantes; que obrigaram o legislador a estabelecer as incompatibilidades. Viu que o exercicio cumulativo de diferentes empregos com o de deputado podia tirar ao cidadão a imparcialidade necessaria para desempenhar o ultimo, e o obrigou por isso a optar entre um e outro.

Do estabelecimento d'esta regra tambem se não pôde concluir que não haja alguém, que conserve a mais completa imparcialidade no exercicio cumulativo de ambos os empregos; mas a lei estabeleceu-a, porque não podia attender a certas e determinadas pessoas, o porque resultava para a sociedade muito maior prejuizo, se a incompatibilidade não fosse consignada na lei.

Por si declara, e com a mais completa satisfação, que o sr. Folque, um dos caracteres mais distintos do nosso paiz, não só por seus elevados conhecimentos, mas tambem por sua austera probidade, havia de desempenhar com a mais exacta imparcialidade, e com grande vantagem publica as funções inherentes ao lugar de deputado, e de director da companhia das aguas; mas em sua consciencia declara tambem que a lei prohibe uma semelhante accumulacão, e obriga o sr. Folque a optar, contra o parecer da commissão, que ora se discute.

A questão é mui simples, e reduz-se ao seguinte: o sr. Folque está eleito deputado, e é director da companhia das aguas, e o que tem a decidir-se é, se á vista da lei, pôde accumular o exercicio de ambos os empregos. A lei, que tem de ser aplicada ao caso occorrente, é o decreto de 30 de setembro de 1852, artigo 13.º n.º 3.º, em que se diz, que é incompetivel o lugar de deputado com o de director de quaesquer companhias ou sociedades, que recebem subsidio do estado, ou administrem alguns dos seus rendimentos. A commissão entendeu, que o sr. Folque não era obrigado a optar, por que, examinando o contrato feito entre o governo e a companhia das aguas, viera no conhecimento de que tudo n'esta companhia era puramente municipal. Que tudo, quanto lhe era cedido, era do municipio, e para elle havia de tornar, findo o contrato, que para o cofre do municipio eram as multas, a que a companhia se sujeitava no caso do não adimplemento das suas obrigações, e que finalmente n'esse contrato se declarava expressamente, que nem o governo, nem a camara municipal dava subsidio algum á companhia, nem garantia de juro, ou amortização; e que com quanto a companhia ficasse com a facultade de importar machinas, instrumentos, materias e utensilios sem pagamento de direitos, que essa concessão não era aquillo que a lei entendia por subsidio, nem era um dom gratuito, mas uma compensação pelos direitos de consumo que o estado percebe, privando d'elles a camara municipal. Elle, orador, é de opinião diversa, e está persuadido de que nem tudo é municipal n'esta companhia, e que ella é verdadeira e rigorosamente subsidiada. Se tudo n'esta companhia é exclusivamente municipal, qual a razão por que ella não contrahiu unica e exclusivamente com a camara de Lisboa? Para que foi contrahir directamente com o governo? N'estas circunstancias de duas uma: ou a companhia não é em todo exclusivamente municipal, ou o negocio saiu fóra dos seus eixos, e foi tratado por quem não era competente. Mas era competente o governo, por que só elle, como representante do estado podia conceder á companhia a isenção do pagamento dos direitos de importação, e o que se segue é que nem tudo n'este negocio é puramente municipal. E é tambem incontestavel, que essa isenção de direitos é um verdadeiro subsidio, que o governo dá á companhia, por que é o mesmo ceder a favor d'ella de quantias que tinha a receber, ou não ceder, e dar-lhas dos seus cofres. Pelas doutrinas da commissão, pôde tirar-se uma consequencia singular, e vem a ser, julgar a commissão o sr. Folque obrigado a optar, dando o governo á companhia um certo subsidio, e dispensa-l'o d'isso, dando-lhe uma quantia maior.

Se supozesse, por exemplo, que o governo sem fazer á companhia a concessão da isenção dos direitos, prometia dar-lhe 20:000\$000 réis de subsidio, n'este caso a commissão opinava que o sr. Folque tinha de optar; mas se supozesse, que concedendo-lhe a isenção dos direitos, estes vinham a importar nos quatro annos em 24:000\$000 réis, a commissão n'este caso, opinava que o sr. Folque não tinha obrigação de optar, ainda que a quantia que o governo dava á companhia, e que era representada pela isenção dos direitos, excedia aquella em 4:000\$000 réis. D'este modo não é possível nem apanha-l'o, quanto mais desajusta-la do seu campo. No primeiro caso de incompatibilidade do sr. Folque a commissão diz, pelo orgão do sr. illustre relator, que o emprego de mestre de suas altezas não é do numero d'aquelles de que a lei quiz fallar, e que se a letra da lei mata, o seu espirito vivifica; aqui segue o contrario, e diz, se o espirito mata, vivifica a letra, de modo, que não ha apanha-la, por que se o espirito mata, refugia-se, e salva-se na letra; se mata esta, salva-se e refugia-se no espirito. Mas o que é exacto, é que tanto n'um como n'outro caso, a letra e o espirito da lei matam igualmente, e n'este de que se trata, mata tambem a letra, por que nós não havemos entender por subsidio aquillo que á companhia e ao governo approve chamar sómente subsidio, mas tudo o que for real e verdadeiramente, e inegavelmente o é, a isenção de direitos, concedida á companhia. A illustre commissão diz, que essa isenção não é um dom gratuito do governo, é uma compensação do que elle recebe, e que aliás devia receber a camara municipal; mas esta asserção é insustentavel, porque esses direitos que o estado recebe, recebe-os por disposição de leis, que não têm sido revogadas, e por isso não existe nem pôde existir tal compensação, nem a commissão argumentar com ella.

Por todas estas considerações, não pôde votar a favor do parecer da commissão, o que sente verdadeiramente, não só porque respecta e estima muito os membros que a compõe, mas porque sabe que o seu voto vae prejudicar uns cavalheiros, que teve sempre na mais elevada consideração.

O sr. Rodrigues Sampaio:—esta questão está resolvida pelas precedentes da camara.

A camara das aguas é como a camara do gaz, com a differença de que a camara do gaz

é mais subsidiada do que a das aguas. Entretanto tendo-se levantado em 1852 uma questão de incompatibilidade a respeito de um director da companhia do gaz, a commissão de poderes de então, encarregada de dar o seu parecer sobre ella, fôlo pelos mesmos principios porque hoje a commissão deu o seu parecer, declarando que o contrato apesar de ter sido feito pelo governo, era inteiramente municipal, e que a companhia nenhum subsidio recebia do governo; e com quanto depois tivesse recebido subsidio do governo, tẽem todavia sido deputados alguns dos seus directores, sem que ainda ninguém lhes contestasse a legitimidade.

Sendo isto assim, a que vem agora este grande zelo de obrigar o sr. Folque a optar, porque é director da companhia das aguas? O corpo legislativo deve ter coherencia nas suas decisões; e tem hoje de observar o mesmo precedente, ou de declarar que tem sido até aqui de uma latitude em que não quer agora entrar.

Ora o abastecimento das aguas é um assumpto municipal, a respeito do qual, como de outros, a camara municipal se tem sujeitado á ingerencia do governo, sem contudo lhe reconhecer nunca o direito d'ella, a ponto de que constantemente tem vindo a uma conclusão por uma transacção.

E não se persuadam de que a camara municipal de Lisboa está vivendo das esmolas do governo, porque em quanto o estado se apodera dos seus rendimentos, e lhe der fma consignação, não ha direito de dizer que a subsidia.

É verdade que o governo a uma companhia puramente municipal faz a concessão da entrada livre de direitos, durante quarenta e oito mezes, de utensilios, machinas, instrumentos, materias e outros objectos necessarios para a construção das obras que lhe dizem respeito; mas se para assim dizer não tivesse confiscado os rendimentos á camara municipal, podia ella fazer o contrato e dispensar muito bem o que o illustre deputado chamou subsidio.

Demais como se pôde sustentar que a companhia das aguas não é puramente municipal, quando as obras feitas pela companhia e os terrenos que ella adquire ficam logo pertencendo ao dominio da camara municipal?

Por consequencia está claro que a companhia das aguas é puramente municipal, e que não é do governo senão o contrato; mas o facto do contrato ou a ingerencia do governo, não pôde tirar os direitos ao municipio, nem ao director que gere em nome do municipio.

A empresa da companhia das aguas é municipal e está nas mesmas circunstancias que a da companhia do gaz, e a camara dos deputados já resolveu que os directores da companhia do gaz não eram obrigados á opção.

Por estas razões, pois, entendo que o sr. deputado de quem se trata, não deve ser obrigado a optar.

O sr. Belchior Garcez:—não tinha tenção de tomar parte na discussão do parecer, mas visto que o debate se encetou e que pediu a palavra, deve á sua consciencia o sacrificio de dizer o que entende.

Por mais que medite no contrato relativo á companhia das aguas, actualmente existente, não pôde deixar de o considerar como um contrato feito de reconhecimento com o governo, subsidiado pelo governo, e um contrato, que até não foi feito com o consentimento da camara municipal. A camara municipal não queria este contrato, e elle foi feito, mau grado da mesma camara. Foi por ventura a camara autorizada a fazer este contrato? Não. O governo é que contrahiu directamente.

Houve tempo em que o governo quiz fazer este contrato com uma companhia ingleza, e a camara municipal, vendo que o governo queria fazer este contrato com essa companhia, promoveu uma associação de capitalistas, e esta associação chegou a formar as propostas, as quaes, depois de muitos embargos e de vencidos muitos atritos, chegaram a ser este contrato que tem presente.

A questão não é tão liquida, porque a commissão, tendo tido deesejo de repellir a incompatibilidade da lei, estabeleceu, não foi toda unanime, porque um dos seus vogaes assignou vencido, e esse vogal declarou na camara muito expressamente que não estava resolvido a votar no sentido do parecer, e todos sabem que este vogal é um homem competentissimo, um homem versado em assumptos administrativos e que tem tomado grande parte nos contratos que se têm feito nos ultimos tempos.

Vê no contrato muitas condições em referencia á pessoa moral do governo, e a camara municipal quasi que não figura se não como accionista, e é dotada pelo governo com a propriedade da obra que tem de fazer a companhia no fim de 80 annos. Basta dizer que o governo que subsidia a companhia, e que o aqueducto das aguas livres que foi feito pelo estado, passa para a companhia, durante o seu privilegio. Pergunta, se uma companhia n'estas circunstancias não é subsidiada com um grande valor? Pergunta, se ha differença entre vender agua e vender tabaco, entre vender agua... (O sr. Sampaio:—e vender gaz) e alugar transportes?

Se os directores da companhia do gaz tẽem entrada na camara como deputados, tẽem entrada incompetentemente, mas por se ter errado, não se segue que se deva continuar no mesmo erro. A questão não é de jure constituendo, é de jure constituendo, se se tratasse de jure constituendo havia de votar contra todas as prescripções porque as reputa attentatorias da liberdade. Mas agora não se está discutindo a razão da lei: trata-se de applicar a lei, e o acto de a applicar deve-se ser recto, e dar exemplo de obediencia ás leis.

Tendo de votar contra o parecer não ha ninguém que faça n'isto maior sacrificio, porque não ha ninguém que tenha em melhor conta os relevantes serviços prestados á sciencia e ao paiz pelo sr. Filipe Folque, seu antigo amigo. Mas a lei é que o dizia, e mal sabia o legislador, quando fez esta restricção, que ia com ella fechar as portas da camara a um homem tão popular, e tão amigo do povo como é o sr. Filipe Folque.

Vota por tanto contra o parecer.

O sr. Placido de Abreu:—não fazia tenção de tomar parte na discussão, e muito menos vinha preparado para isso; mas ouvindo ao illustre deputado que o precedeu aventurar algumas asserções, que lhe parece não serem exactas, entendeu dever apresentar algumas considerações em resposta ao que disse s. ex.ª.

É necessario que diga bem alto, e com toda a clareza, que a companhia das aguas não recebe do estado a menor subvenção.

O illustre deputado disse que o aqueducto era do estado, e era um subsidio enorme que se tinha concedido á companhia. O aqueducto ahí fica, e a companhia, em relação ao aqueducto, não é mais que um particular qualquer.

Um particular vae explorar agua, e pede á camara para a introduzir no aqueducto, a fim de a tirar onde lhe for mais conveniente: introduz-la, e em quanto a companhia perde o direito a essa agua, o particular não o perde. Por consequencia onde está o subsidio?

O governo contrahando em nome da camara fez um contrato com uma companhia, pelo qual ella é obrigada a introduzir no aqueducto uma certa somma de milhes de canadas de agua, e no fim do tempo do contrato, que é aquelle que se julgou necessario para indemnizar a companhia das obras que fez, o estado ou a camara succede em todas essas obras, e por todas ellas se dá por indemnização o direito de vender a agua que hoje existe e que se

adquirir; porque a agoa que hoje vem a Lisboa é tão pouca que a ha de restituir sem differença de uma gota.

Qual é então o subsidio que dá o estado á companhia? Nenhum; com a differença que em relação ao particular ainda fica menos contemplada.

Disse-se que o estado dispensou a companhia do pagamento de direitos d'aquelles objectos que ella introduziu para o melhoramento das aguas; mas isso não foi beneficio nenhum, não foi favor, porque se a companhia fosse obrigada ao pagamento d'esses direitos, havia de te-los em vista, e em logar do seu contrato ser por 80 annos havia de pedir mais, para ter tempo de indemnizar os capitães que gastasse.

Disse o illustre deputado que não se trata de jure constituendo, mas sim de jure constituendo. Pois o jure constituendo não está já resolvido pela camara?

A camara não resolveu já um caso analogo, um caso de um director da companhia do gaz? A camara resolveu que um director da companhia do gaz não estava comprehendido nas exclusões da lei; e se essa companhia é da mesma natureza que a das aguas, se tem os mesmos privilegios, parece-lhe que a questão está resolvida e o sr. deputado de quem se trata não pode ser obrigado a optar.

O sr. J. M. de Abreu (sobre a ordem):—manda para a mesa um parecer da commissão de instrucção publica.

O sr. Silva e Cunha (sobre a ordem):—participa achar-se intallada a commissão de vinhos, tendo nomeado para presidente ao sr. Affonso Botelho, para secretario a elle participante, e relatores seriam nomeados segundo os objectos especies de que a commissão tivesse de se occupar.

O sr. Peguito:—não tinha conhecimento dos novos e ponderosos argumentos com que o illustre deputado, e seu amigo o sr. Garcez, tinha victoriosamente combatido o parecer, nem mesmo agora lhes daria maior desenvolvimento, limitando-se a responder ao illustre relator da commissão. Disse elle, se o tinha entendido bem, que era segundo os principios, que a isenção dos direitos se não podia considerar um verdadeiro subsidio dado á companhia pelo governo, por que, segundo elles, os direitos que recebe o governo da alfandega municipal, pertencem rigorosamente ao municipio de Lisboa.

A sua opinião não é essa, e para ter a contrario não tem influído n'elle absolutamente nada o espirito de provincialismo. A opinião do illustre relator funda-se na inexacta supposição, de que os direitos cobrados na alfandega municipal são pagos exclusivamente pelos consumidores da capital, quando á luz da sciencia e da razão, não é assim, porque em primeiro logar, sendo Lisboa a patria commun, segundo a expressão dos antigos jurisconsultos, ha sempre n'ella uma população fluctuante, que vae e vem, e que tambem consome; e em segundo logar, parte d'esses direitos tambem é paga pelo produtor, que vem vender os seus productos a este grande foco de consumo, porque o produtor não pôde isentar-se dos effeitos das leis invariáveis da oferta e do pedido. Portanto julga não proceder este argumento do illustre relator da commissão.

S. ex.ª argumentará com o exemplo da camara de 1852, que julga um caso semelhante, e do mesmo modo que a commissão julga o actual; mas diz ao illustre deputado com a lei romana, *legibus, non exemplis judicandum*. E mesmo então o caso era diverso, por que se bem se lembra, quando a camara de 1852 decidiu a respeito dos directores da companhia do gaz, a lei não era a actual, mas sim o decreto de 20 de junho de 1851, e ali estabelecia-se a ineligibilidade, e não a incompatibilidade, por causa da pressão, que as companhias poderosas podiam exercer nas eleições. Era outra a lei, era outra a disposição, era finalmente outra a ordem de ideas.

Em quanto á isenção dos direitos ella importa, e é um verdadeiro subsidio, e se não pergunta ao illustre deputado se avaliados em dinheiro esses direitos, e dando o governo a sua importancia em subsidio á companhia, ainda entendia que ella ficava sendo uma companhia não subsidiada? Certo que não; pois é isso exactamente o que acontece, segundo os termos do contrato, por que n'este caso tanto vale dar, como deixar de receber. Com quanto seja deputado da opposição, não fazia estas reflexões, movido de opposição acintosa. Por mais violenta que seja a guerra, que o governo fez á sua candidatura na passada eleição, por mais illegaes que fossem os meios empregados para o guerrear, não vem aqui para satisfazer as suas paixões e despeitos pessoais, mas para cumprir uma missão mais elevada, que ha de desempenhar com a maior imparcialidade, segundo os ditames da sua consciencia, e no sentido do maior bem do seu paiz, e dos seus constituintes. A respeito de opposições parlamentares, segue a doutrina de um illustre e moderno escriptor italiano, que diz, que a opposição, como até agora se tem entendido, ha de é um estado verdadeiramente livre, como é o pó ao cair do vento. Os homens distinguem-se não pelas opiniões, e pelos partidos; mas nos actos da parte contraria, que não forem mais, não serão perseguidos com miseraveis accusações. Assaltar o governo será o mesmo, que assaltar a nação d'onde elle sae: a opposição ha de guerrear os governos, ha de contradizê-los; mas ha de tambem procurar illustrar-lhos com as palavras, e com as obras, sem que seja jámais seu perpetuo, pertinaz e implacavel inimigo.

O sr. Rodrigues Sampaio:—já em 1701 havia, quando dissesse, que Lisboa era a patria commun, e que todo o reino devia concorrer para os seus melhoramentos; foi o vereador Jorge Freire de Andrade; mas o caso é que se venceu o contrario, e a obra dos aqueductos foi feita pelos rendimentos e contribuições do senado, e não pelo governo, como disse o sr. Garcez; a cidade foi quem pagou e é quem paga. Por consequente, qualquer que fosse a regularidade ou irregularidade com que o governo se intrometia no contrato das aguas para abastecimento da capital, não deve concluir o sr. Garcez a derogação de um direito que tem a camara. Se o governo não tivesse a administração dos rendimentos da camara, e ella os recebesse, carecia a camara de que se lhe desse uma compensação com a isenção dos direitos que se concede á companhia? E por isso que carece d'ella, pela razão do ter sido esbulhada dos seus rendimentos, ha de concluir-se que, por lhe tirarem o dinheiro, lhe devem tambem tirar o direito?

O contrato é inteiramente municipal, é sobre a agua, que é objecto municipal. O sr. Garcez entendeu que seria melhor não ter havido a intervenção do governo: elle, orador, julga que o governo interveiu pelas necessidades da situação em que achou as cousas, em que ellas estão, e de que difficilmente sairão; mas d'esta irregularidade não se deve concluir contra os direitos que competem á camara; não pôde ser, seria uma iniquidade se assim fosse.

O governo entregou a uma companhia o que era da camara municipal; o governo administra os rendimentos que são da camara, votados pelo senado só para estas obras; julgou-se conveniente isentar de direitos de importação alguns objectos, o governo concedeu essa isenção; mas se a camara estivesse na livre administração dos seus rendimentos, não carecia d'esta esmola, que é para o municipio, não é para a companhia. A companhia tem a administração, não do que é rendimentos do estado, porque ninguém lhe pôde chamar assim, mas do que é da camara, e que o estado lhe dá, porque a privou dos direitos de consumo que eram seus. O governo foi o negociador, não foi mais cousa nenhuma.

ma; não se deu a companhia senão o que era do município. A companhia não adquire para o governo, mas para o município, as multas são só para o município, é tudo municipal.

Gosta sempre de ter por si as grandes autoridades, e quando são tão respeitáveis, seria uma falta prescindir d'ellas, e socorrer-se só ao seu próprio juízo na interpretação da lei. A constante pratica de julgar é o melhor interprete da lei, e tendo sido a pratica de julgar nas camaras anteriores, que não é necessaria a opção em casos identicos, está em bom terreno sustentando a desnecessidade da opção mesmo pelos precedentes. Pôde ser que a camara, mais esclarecida, queira applicar a lei de outra forma; mas para isso é preciso uma discussão mais profunda, porque ter-se-ha de condemnar o juizo das camaras antecessoras da actual.

Por tanto, se sobre a primeira incompatibilidade teve duvidas e escrúpulos, declara franca e lealmente, que sobre esta nunca teve nenhum, e pareceu-lhe sempre um negocio corrente e decidido que ella não existia.

O sr. Garcez:—a apreciação dos assumptos administrativos é sumariamente feita entre nós, e temos chegado a ponto de não se saber já o que são obras municipais e o que são obras de estado. Tinha visto ultimamente o sr. ministro do reino autorisar a camara municipal do Alameda para aforar terrenos na parte da margem do Tejo que pertence ao seu município, naturalmente porque s. ex.ª entende que os terrenos marginaes do Tejo estão debaixo da tutela da administração do estado, e ao mesmo tempo são uma cousa tão insignificante, que qualquer camara municipal pôde administrá-los. Tinha visto o sr. ministro da marinha ajustar a camara municipal de Cascaes, e pagar-lhe um pedaço de areal para ali collocar um apparelho de salvação, quando n'outro paiz talvez o ministro da marinha não consentisse nenhuma intervenção que não fosse a sua no regimen e policia do rio e suas margens, n'um porto como o de Lisboa. Neste estado de cousas, declara francamente que não sabe o que são entre nós obras municipais e obras do estado.

Ha um grande erro em confundir os antigos senhores com as modernas camaras municipais. O antigo senado da camara de Lisboa era muito diverso do que é actualmente a camara municipal, era uma emanção do governo, podia classificar-se como uma repartição do estado, e a camara municipal é um corpo electivo, independente do estado. Se o sr. Sampaio argumenta com um documento que autorisou antigamente impostos no consumo em Lisboa, com applicação especial ás obras dos aqueductos, também lhe pôde mostrar documentos, em virtude dos quaes o governo mandára ao senado que organisasse regimentos de infantaria para embarcarem para a Bahia, e que comprasse e equipasse navios para irem fazer a guerra na India; e isto são despezas que hoje nenhum governo se atreveria a commetter á camara municipal. Hoje só nos generos de consumo vendidos a retalho é que se permite ás camaras, pelo código administrativo, lançar impostos, e para isso é precisa uma certa autorisação, e não é possível confundir os impostos autorisados antigamente com applicação aos aqueductos, com os impostos que o código administrativo permite ás camaras municipais lançarem nos generos de consumo. Portanto uma cousa era o antigo senado, e outra cousa é a camara municipal.

Não ha muito tempo que em Lisboa se fez um contrato para o estabelecimento de vias americanas nas ruas e nas estradas circunvisinhas de Lisboa, e parece-lhe que o sr. Afonso de Albuquerque n'esse contrato, que era sem duvida contrato municipal, mas entretanto foi o governo quem o fez, e ninguém lhe disputou a faculdade de o fazer era cousa em que segundo os principios administrativos d'elle, orador, podia intervir a camara, e com tudo não interviu.

Ha uma perfeita paridade entre certos contratos, que o governo tem feito, e que são considerados como celebrados com o estado, e o contrato da companhia das aguas está no caso de ser considerado como feito com o governo, e n'este sentido não pôde, com sentimento approvado o parecer.

O sr. Theóphilo Hortas:—manda para a mesa um parecer da commissão de obras publicas sobre a proposta do governo para ser autorisado a contratar um caminho de ferro entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana.

Manda-se imprimir.

O sr. José Estêvão:—foi compellido a dizer algumas palavras sobre este assumpto pelas observações apresentadas pelo sr. Pequeto, porque ellas tem relação com outro assumpto municipal, a respeito do qual tem visto expôr idéas, que não são as mais exactas, e a inexactidão n'este objecto é a causa de uma grave confusão sobre a natureza dos direitos municipais que tem relação com a organização das nossas finanças.

O illustre deputado deve reconhecer que os direitos ou impostos municipais são lançados sobre os habitantes de cada concelho, mas só nos generos de consumo, e o producto d'estes impostos é gasto em commodidades e gosos das famílias dos municípios. Parte d'estes impostos de consumo são pagos igualmente pelos cidadãos de todo o paiz que vão transitoriamente áquelles municípios, e consomem ali os artigos ou generos necessários á vida. O imposto que paga qualquer município é retribuido pelos gosos e commodidades de que permanentemente disfructa o mesmo município; e o imposto que paga o cidadão que por elle passa casualmente, esse imposto não pôde ser retribuido na mesma especie, mas é retribuido pelo gozo que temporariamente tem n'esse município. Em todos os paizes onde ha o *octroi* é usufruido, parte pelo estado, e parte pelo município; mas a maior parte dos impostos municipais que são cobrados pelo governo são uma usurpação, porque apenas dá a minima parte d'elles ao corpo municipal. O que o governo dá á camara municipal de Lisboa, é o que a camara municipal de Lisboa devia dar ao governo. Os impostos de que se tem tratado são rigorosamente municipais, estão com este caracter reconhecidos mesmo nos tempos em que foram lançados; são-não á face das leis, das praxes e dos despachos administrativos; e a nossa jurisprudentia administrativa era mais rica do que os illustres deputados pensam, em praxes, como se vê em todos os termos que dizem respeito á reedificação de Lisboa, á construção dos arcos das aguas livres, etc., incluindo mesmo as indemnizações que se faziam a troco de padroes.

O senado de Lisboa faz muita differença da camara municipal, é verdade, mas não na presença dos principios administrativos.

Um dos grandes males do nosso systema administrativo, é estarem os corpos municipais n'uma especie de separação e estranheza devida para com os mais poderes administrativos.

As aguas é tudo quanto pertence ás aguas foi feito á custa dos contribuintes de Lisboa; foram os habitantes de Lisboa, foi a familia municipal de Lisboa que pagou todos os impostos para taes obras. Os estatutos da companhia das aguas dizem claramente que esta companhia não tem direito a subsidio algum, nem a juro, nem a obrigação de seu capital, e sim unicamente das concessões que estão estabelecidas nos mesmos estatutos. Logo, a companhia fez separação entre subsidio e concessões. E quando se faz uma concessão a uma companhia é por uma só vez, e feita ella, o contrato está feito e liquido. O subsidio presuppõe dependencia continuada, e as concessões não; feitas ellas o contrato está bem feito e acabado.

A requerimento do sr. Barros e Sá julga-se a materia discutida; e procedendo-se á votação do parecer por espheras, feita a chamada, verificou-se terem entrado na urna do lado direito 107 espheras, sendo 69 brancas e 38 pretas, e a contraprova está exacta.

Fica por tanto approvado o parecer por 69 votos contra 38.

O sr. secretario Mamede:—annuncia que a grande deputação que ha de apresentar a Sua Magestade a resposta ao discurso do throno; é composta, além dos membros que compõem a mesa, dos

Srs. Antonio Gonçalves de Feitas, Luiz de Freitas Branco, Francisco Furtado, Joaquim Cabral, Antonio Telles de Vasconcellos, José Guilherme, Gamboa e Minas, Henriques Secco, Neutel, Luiz Mendes de Vasconcellos.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã; na 1.ª parte o parecer sobre as eleições de S. Miguel, e lei para admissão dos cereaes, e na 2.ª parte o projecto acerca do caminho de ferro, e o projecto n.º 10, e levanta a sessão.—*eram quatro horas da tarde.*

Projecto de lei autorisando o governo a crear um collegio de educação do sexo feminino no convento de religiosas de Nossa Senhora da Conceição da villa de Chaves, apresentado pelo sr. deputado Rodrigo de Moraes Soares em sessão de 27 de fevereiro proximo passado

A educação da infancia é a primeira condição do progresso social. Entrar na demonstração d'esta verdade fôrta support que era contestavel. O que pôde todavia controverter-se é, se a educação do sexo feminino é mais ou menos necessaria do que a do masculino. Ambas são igualmente indispensaveis. Mas, em quanto a mim, julgo que a educação do sexo feminino não deve merecer mais attenção, e que deve, se não mais, pelo menos, ser tão generalisada como a do sexo masculino.

Tempos houve em que a mulher era a escrava do homem. O christianismo redimiu a mulher, e a civilização moderna, contemplando a elevação dos seus destinos, reconhece que ella é o complemento da individualidade do homem, que é o principio fundamental da constituição da familia, e a origem mais fecunda da felicidade domestica.

Educar a mulher é educar a sociedade inteira. O desconhecimento d'esta verdade é o maior obstaculo que pôde oppor-se ao desenvolvimento intellectual e moral dos povos.

A instituição das antigas casas religiosas, exclusivamente destinadas ao retiro espiritual e á vida contemplativa, satisfazia ás necessidades de outras epochas, em que os exercicios da devoção se julgavam impraticaveis, e muito arriscada a pureza das mais sublimes virtudes, no meio das tentações do seculo.

Porém a sagrada escriptura, descrevendo o typo ideal da mulher, não a separa do mundo, collocando-a á testa da familia, regendo a casa, e dando aos seus domesticos as lições e o nobre exemplo do trabalho. É a dona de casa prudente e vigilante, a mãe carinhosa, e a esposa fiel que o escriptor inspirado considera um *theozouo*, e apellida *mulher forte*, e de quem diz: *o seu rosto é o ornamento da casa, como o sol quando nasce é o esplendor do réu.*

D'estas considerações geraes, reflectidas pela luz da civilização, que de dia para dia mais se inflama, permittim-nos, senhores, que desça a outras meos elevadas, porém mais positivas. A educação do sexo feminino, se não está entre nós inteiramente esquecida, bem pouco é o que por ella temos feito. Responder-me-hei que, para as classes abastadas ha collegios particulares, para as que o não são temos aulas publicas de meninas nas principaes terras do reino. Mas quem assim quizer defender a nossa imprevidente negligencia, ou ignora o estado do ensino, ou não comprehende os fins a que elle se dirige. Porém não insisteré n'este ponto, que longe me levaria, e muito além do principal, para que vou chamar a vossa attenção.

Ha na villa de Chaves um convento, em que ainda vivem exemplarmente algumas religiosas. Estas virtuosas senhoras são as primeiras a reconhecer a alta conveniencia de se converter aquella casa em um collegio de educação de meninas. Com este intento já ellas fizeram subir uma representação ao conhecimento do governo, e no mesmo sentido já também representou a camara de Chaves, autoridades e habitantes d'esta villa.

Como se vê de um precioso trabalho publicado em 1858 pelo ex.º conselheiro Antonio José d'Avila, sendo então ministro dos negocios ecclesiasticos e da justiça, o convento de Nossa Senhora da Conceição de Chaves possui diferentes valores na importancia total de 21:431\$220 réis, em grande parte improductivos, porque n'esta avaliação se comprehende o material e mobilia da casa, aliás aproveitavel para o fim de que se trata. O rendimento não excede a pouco mais de 600\$000 réis, mas uma boa administração pôde augmenta-lo consideravelmente, apurando os meios sufficientes para a dotação do collegio, contando com as pensões, embora modicas, que as educandas deverão pagar.

O edificio contém as indispensaveis condições de accommodação e salubridade que se requerem para estabelecimentos d'esta ordem.

Em quanto á necessidade de um estabelecimento que proporcione a conveniente educação ás meninas internas, que estiverem nas circumstancias de receber um ensino mais extenso e aprimorado, e ás externas que concorrerem a uma aula publica, que para ellas ali também se deverá crear, com boas e justas razões ninguém a poderá combater, e muito menos com relação á villa de Chaves.

Esta povoação conta perto de cinco mil habitantes; é o quartel permanente de dois corpos do exercito, e a residencia do general commandante da divisão militar de Trás os Montes; está rodeada de fertis aldeias, onde vivem abastados proprietarios; é finalmente cabeça de concelho e de comarca. Em que paiz civilisado, a não ser n'este nono, haverá uma terra tão consideravel, sem um estabelecimento para educação de meninas? Que sacrificios pecuniarios, que sujeição de inconveniencias não impõe esta circumstancia aos paes que desejam educar suas filhas, tendo para este fim de as separar das suas vistas a distancia de muitas leguas?

Além d'isto é Chaves, como já disse, quartel permanente de dois corpos militares, cuja officialidade precisa prestar a suas filhas uma educação condigna da posição social que occupa. Um soldo apoucado, como é, principalmente o dos subalternos, não dá margem para mandar educar uma menina a um collegio do Porto, de Braga ou de Lisboa.

A unica objecção que poderia offerecer-se contra as minhas indicações, somente poderia vir dos apuros da fazenda publica, mas ainda bem que o estabelecimento de que se trata não exige ao thesouro a menor despesa.

Em vista d'estas considerações, que submetto ao vosso esclarecido exame, confio, senhores, que me fareis a honra de approvar o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a converter o convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição de Chaves em collegio de educação de meninas, applicando para o dito estabelecimento os fundos e rendimentos do mesmo convento, e solicitando

do para este effeito as providencias que julgar necessarias.

Art. 2.º Além dos meios de educação, que se estabelecerem para as meninas internas, haverá também, no collegio, para as externas, uma aula, regida por uma religiosa competentemente habilitada.

Art. 3.º A administração dos bens e rendimentos do convento continuará a ser confiada ás actuaes religiosas.

Art. 4.º O governo decretará outras quaesquer providencias que forem indispensaveis para a execução d'esta lei.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1860.—O deputado pelo circulo de Chaves, Rodrigo de Moraes Soares.

Projecto de lei acerca da instituição de colonias agricolas, apresentado pelo sr. deputado Rodrigo de Moraes Soares em sessão de 27 de fevereiro proximo passado

Queque impuissant, quelque stérile, qu'il est mon essai, tout eour philanthrope aura du plaisir à y arrêter son attention et à méditer sur les motifs, qui me persuadent que, dans un avenir plus heureux, la possibilité rattacherai sûrement le fil de mes espérances au point où j'ai dû l'abandonner. H. PESTALOZZI.

Senhores.—Não vou escrever a historia das colonias e asylos agricolas. Desviar-me-ia muito do fim a que me proponho; contudo, para intelligencia do meu projecto, não posso deixar de compendiar, em um quadro muito resumido, as feições organicas e caracteristicas d'estes estabelecimentos, que se podem agrupar em quatro classes, a saber:

- 1.ª Colonias de beneficencia;
- 2.ª Colonias de correção;
- 3.ª Colonias de educação;
- 4.ª Colonias militares.

I

COLONIAS DE BENEFICENCIA

O general, conde de Van den Bosch, concebeu o philanthropico pensamento de, com os braços inuteis dos pobres, que viviam á custa dos soccorros publicos, transformar as charceas arenosas da Hollanda, sua patria, em campos de cultura.

Esta é a origem das colonias agricolas neerlandezas, que tão grande brado deram, pelo que d'ellas se esperava. A illusão durou em quanto os resultados se não manifestaram á luz de uma critica esclarecida e desapassionada.

Estes estabelecimentos, creados por sociedades de beneficencia, com o auxilio do governo, estenderam-se a diversos paizes da Europa, e por toda a parte onde existem, testemunham mais ou menos as consequências inevitaveis da sua viciosa origem.

Sem duvida, uma agglomeração de individuos de todas as idades, sexos, estados, tendencias e condições physicas e moraes inteiramente oppostas, não pôde comprehender, nem realisar um pensamento social, util, generoso e civilizador.

II

COLONIAS DE CORREÇÃO

Com esta ou outra denominação analoga se fundaram muitos estabelecimentos em varios paizes, tendo por fim corrigir e moralisar os condemnados pelos tribunaes. As *penitenciarías agricolas* foram até certo tempo preconizadas como instrumentos maravilhosos da regeneração moral. Porém o que hoje está claramente demonstrado é que o trabalho forçado nem é productivo, nem moralizador.

III

COLONIAS DE EDUCAÇÃO

A tres homens verdadeiramente distinctos, pela sua intelligencia e philanthropia, deve a Suissa a fundação dos seus asylos agricolas.

Pestalozzi concebeu o pensamento, Fellenberg fez d'elle a applicação, e Wehrli o fecundou e vulgarizou.

A idéa d'esta instituição é tão admiravel pelos seus resultados, como pela sua simplicidade. Reduz-se a formar uma familia de trinta ou quarenta orphãos ou expostos, e trata-los e educa-los, como os proprios paes e mães o poderiam fazer.

A idéa é sem duvida excellente, mas a sua realisação depende de homens que se encontram raras vezes.

IV

COLONIAS MILITARES

O systema de colonização militar foi ensaiado na Russia em larga escala. Os resultados depõem contra a instituição. As colonias militares da Austria são tão recentes, que ainda se não pôde julgar do bem ou mal que d'ellas poderá vir.

Uma sociedade formada artificialmente, e comprimida pela rigidez dos estylos militares, não pôde prosperar. A vida do campo exige mais espontaneidade e independencia.

Com esta succinta prefacção entraremos no objecto principal.

A despovoação em algumas das nossas provincias, mórfente na do Alemtejo, é um facto que, desde os primeiros tempos da monarchia, se tem notado que se explica por uma serie de causas que o determinaram, e que se sente pelos graves resultados que produz. *Pouco-se o Alemtejo*, é um grito que todas as gerações têm repetido, sem que até hoje ninguém se haja occupado de remediar o mal que lhe dá origem.

E note-se bem que a despovoação do Alemtejo coincide com a densidade da população do Minho, onde os braços, desgraçadamente no verdor dos annos, abandonam a patria, para irem a paizes estranhos baratear o valor da sua vigorosa actividade. Porém, não é só no Alemtejo que a colonização é necessaria, as nossas provincias ultramarinas impetiosamente a reclamam.

Portanto, convirá estabelecer-se um systema de colonização, que, principando por satisfazer as necessidades do continente, se continue no ultramar.

Mas esse systema de colonização deve ser completo, isto é, deve preencher todos os fins sociaes no estado actual da civilização.

Não havemos de ir, como Romulo, convidar os saltadores para formar a cidade; nem, como os Cezares, povoar de escravos os latifundios; nem, como os senhores feudaes, crear servos da gleba.

O que houvermos de fazer se vanta á luz da illustração do nosso seculo. Se ha vantagens em começar tarde, é de certo uma unica, a qual consiste em emendar os erros dos que mais cedo principiam.

A familia é a base organica das sociedades. Formar sociedades humanas sem familias, é destruir a natural affindade dos seus elementos constituintes. A sociedade sem familia é propriamente um rebanho que se prolonga por algum tempo, levado pelos instintos da conservação individual, mas não é a realisação dos destinos do homem que a Providencia dotou de sentimentos, que só a vida de familia pôde excitar e desenvolver.

O paiz, a mãe e o filho são os elementos da familia, assim como as familias são os elementos da sociedade. Ha tres amores, o paternal, o conjugal e o filial, que formam os laços indissolaveis da familia, e que dão origem aos mais elevados sentimentos da vida e da dignidade humana. Sem o seu reflexo a sociedade fica uma sombra inanimada.

E pois, como se vê, uma condição essencial do nosso projecto formar a familia, e com ella a sociedade colonial, e dada a sociedade constituir-lhe um dominio agricola. Não tratamos aqui de discurrir systemas, expomos unicamente as nossas idéas. Em nosso entender o fundamento de todos os direitos ci-

vis e politicos está no direito de propriedade. Sem este direito não concebemos o que seja a liberdade em todas as suas applicações.

Portanto os colonos devem ser proprietarios rurais livres e independentes.

Postos estes principios, vejamos agora como se devem congregos os elementos da população colonial. Excluímos os mendigos. A verdadeira necessidade de mendigar é um infortunio que excita nas almas bem formadas, que o contemplam, a sublime virtude da caridade. Mas a origem d'esse infortunio é quasi sempre viciosa, e quando o não seja, os habitos dos que o soffrem facilmente se corrompem. Prestem-se aos pobres mendigos os soccorros publicos e particulares, organize-se um systema de beneficencia que os allieve na sua desgraça, mas não se intente fundar com estes seres degenerados uma sociedade nova e esperancosa.

Por maioria de razão applicamos estas considerações aos vadios e criminosos. Excluímos tambem os invalidos e adontados. A boa organização physica é a primeira condição da productividade do trabalho. Escolhem-se as raças dos animaes; nos homens, que se destinam para troncos de novas gerações, pelo menos que se lhes exija uma constituição normal e robusta.

Como se verá das bases fundamentaes do nosso projecto de colonias, preferimos, a outros quaesquer individuos, os que tiverem servido no exercito, e que houverem completado o seu tempo sem nota. A maior prova de moralidade que pôde apresentar um mancebo, filho do povo, é uma *batua limpa*. Além da moralidade, esse mancebo offerece as garantias do bom uso das suas faculdades, porque leva já consigo grande experiencia da vida. Demais, em um paiz como o nosso, em que se não remuneram os servicos militares, senão os officiaes, as colonias agricolas darão lar, familia e pão ao soldado portuguez que houver completado os annos de serviço, e que pelo seu regular comportamento o merecer.

Porém, como não é bom que o homem viva só: *«Dicitur quod Dominus Deus: Non est bonum esse hominem solum; faciamus ei adiutorem similem sibi»* onde lhe iremos buscar a companhia? Temos ahi essas misericordias e casas pias, que nós desejamos ver convertidas em estabelecimentos que melhor conseguem o seu fim. Mas esta questão fica de parte; em outra occasião nos occuparemos d'ella. É a essas misericordias e casas pias que nós vamos buscar as mulheres dos colonos. O dote, que se lhes costuma dar, servir-lhes-ha para os arranjos domesticos indispensaveis a uma familia.

A esta familia, composta apenas dos conjuges, nos primeiros tempos da colonia, vamos nós dar-lhe um complemento com dois filhos adoptivos, isto é, com um exposto e uma exposta que tiverem acabado a primeira creação.

Fallando d'esta desnaturalizada classe, não podemos conter a penna de uma curta digressão. É mais facil com o pincel de Eugenio Sen traçar o quadro das imperfeições e misérias humanas, do que enochar-las com a capa caridosa de S. Vicente de Paulo; com tudo não pôde obscurecer-se que o resultado da exposição é um cancro que vae lentamente corroendo as entranhas da nossa sociedade.

Custa já hoje aos municípios a sustentação dos expostos para mais de 250:000\$000 réis; no entretanto esta verba seria insignificante se fosse productiva, obtendo com ella alguma cousa util. Ora desgraciadamente não é isto assim. A exposição é o infanticidio legal, e os expostos que escapam, sem educação moral, vão mais tarde entulhar as prisões e os lupanares, e por fim, arrastando uma existencia pesada e de mau exemplo, jazer nos hospitais. D'este modo a sociedade, sem poder melhorar a sorte d'estes infelizes, carrega sempre com o peso que elles fazem, desde que nascem até que esconhem no seio da terra o triste quadro da sua miséria.

Portanto a instituição dos expostos, as casas pias, as misericordias, os asylos da infancia desvalida, como os temos, e como existem em todos os paizes illustrados, são um mero expediente; não curam radicalmente as chagas da miséria, nem os infortunios da orphanidade, do desvalimento e do abandono.

As feições externas d'estes estabelecimentos ostentam um apparato de christandade e beneficencia, que satisfaz os votos dos espiritos philanthropicos menos profundos e reflectidos; mas o estudo detido, a penetrante investigação da vida intima e dos resultados d'estas sociedades forçadas, revela a necessidade de as substituir por outros meios que tendam com mais acerto e segurança aos fins da sua instituição.

Voltemos ao assumpto principal, indicando como se vão de lançar os fundamentos materiaes das colonias. Os criminosos condemnados a trabalhos publicos deverão occupar-se dos primeiros trabalhos, construindo as habitações e rotando os terrenos. Assim, com vantagem dos proprios condemnados, empregar-se-hão os seus braços em um serviço util. E fique bem entendido que estes não devem por modo algum fazer parte da colonia. Concluidos os trabalhos iniciais da fundação, cumpre que se retirem para longe, e que se occupem com igual fim em outras localidades.

Dispostas assim as cousas, os colonos serão definitivamente installados, doando-se a cada um d'elles sufficientes terrenos para se constituirem dois dominios agricolas regulares, um para os conjuges e outro para os expostos.

O dominio pertencente aos expostos será administrado pelos colonos, que exercerão os direitos de tutela, até que elles possam de per si administrá-lo. Concedemos aos colonos o pleno direito de propriedade, porque julgamos como mais perfeita a forma allodial, fazendo-lhe apenas a modificação da indivisibilidade do dominio agricola, para evitar no futuro o seu retalhamento.

Além dos dominios particulares instituímos um dominio commun ou *ager publicus*, tambem indivisivel. Do rendimento d'esta propriedade collectiva se deduzirão as contribuições e despezas publicas da colonia. Mas o nosso principal intuito é reservar um consideravel trato de terreno, onde em ponto grande se possam estabelecer as culturas experimentaes e exemplares. Por outros termos, este dominio commun será a granja modelo da colonia.

Poupe-se-nos o trabalho de entrar em desenvolvimentos economicos e administrativos. O nosso pensamento, julgamos nós, que acabará de se revelar claramente no seguinte projecto, que tenho a honra de submeter ao vosso esclarecido exame.

BASES FUNDAMENTAES DE UMA COLONIA AGRICOLA

I

Escolhido o local appropriado para a colonia agricola, e approvado o plano do seu estabelecimento, encarregar-se-ha da sua execução pessoa competente, pondo-se á sua disposição cincoenta grilhetas e um destacamento de tropa para os guardar.

II

Concluidos os trabalhos de primeira fundação, o governo abrirá concurso publico, para a escolha de cincoenta colonos, admitindo unicamente os que tiverem servido sem nota no exercito.

III

A misericórdia e a casa pia de Lisboa dotarão cincoenta orphãos ou expostos, com 100\$00 cada uma, para casarem com os cincoenta colonos escolhidos, na conformidade da base antecedente.

IV

A cada familia de colonos será entregue um casal de expostos, de tres a cinco annos de idade.

V

A cada familia de colonos será doada uma extensão de terreno sufficiente para d'elle tirar a sua abundante sustentação com o emprego do seu trabalho. Uma igual porção será destinada para a casa dos expostos, a qual será cultivada e usufruida pelos seus paes adoptivos, em quanto os mesmos expostos não estiverem em estado de se constituírem colonos independentes. Estes terrenos assim doados terão a natureza da propriedade allodial indivisivel, e os colonos não os poderão alienar senão passados dez annos. O dominio agricola é transmissivel por direito de primogenitura ao filho varão, e na falta de varões ás filhas do colono, unicamente para o facto de administração do mesmo dominio, devendo os seus rendimentos dividir-se igualmente por todos os filhos do mesmo colono.

VI

Dos terrenos que formarem o dominio da colonia separar-se-ha uma porção sufficiente para constituir o patrimonio publico da mesma colonia. Este campo (*ager publicus*) será cultivado em commun, e o seu producto applicado para as despezas geraes da colonia, isto é, para contribuições, culto, ensino e obras publicas, etc., etc.

VII

Do producto bruto da colonia, tanto geral como particular, deduzir-se-ha o dizimo para uma caixa de soccorros. Os fundos da caixa serão applicados:

1.º Ao estabelecimento dos expostos de que trata a base 4.ª

2.º A socorrer os colonos que soffrerem algum sinistro agricola, ou que por velhice ou doença se impossibilitem de trabalhar.

Os fundos que não tiverem immediata applicação serão mutuos, a curto prazo, aos colonos, para melhoramentos agricolas.

VIII

Fica o governo autorisado a desenvolver em regulamentos especiaes as bases d'este projecto.

ORÇAMENTO DA DESPEZA DA FUNDACÃO DA COLONIA AGRICOLA		
Sustentação de 50 grilhetas, durante o anno, a 100 réis diarias	1:825\$000	
Material para construção de 50 habitações, a 50\$000 réis cada uma ...	2:500\$000	
Templo, habitações para o director, para o capellão e mais empregados ...	1:000\$000	
Casa da escola e varias officinas.	500\$000	
Sustentação de 50 familias de colonos, durante 9 mezes, a 300 réis cada uma	4:050\$000	
Ferramentas para os colonos, a 4\$800 réis cada familia.	240\$000	
Gados, 50 vacas e 2 touros.	1:200\$000	
Sementes, a 4\$800 réis por familia.	240\$000	
Mobilia, por familia 9\$600 réis.	480\$000	
Dita das casas dos empregados e das officinas.	400\$000	
Ordenado do capellão.	300\$000	
Dito do director.	500\$000	
Dito de um sub-director, chefe dos trabalhos agricolas.	400\$000	
Dito de mestres de officinas, etc., etc.	400\$000	
Despezas imprevistas.	500\$000	
	14:535\$000	

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1860.—O deputado pelo circulo de Chaves, Rodrigo de Moraes Soares.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra.—O *Comitribune* publica a seguinte noticia estatistica, acerca do movimento da industria da pesca n'aquelle districto, relativa ao anno findo:

«No anno de 1859 havia no concelho de Cantanhede 4 barcos de pesca, e 362 pessoas empregadas n'esta industria; no concelho da Figueira havia 16 lanchas, 19 barcos, e 11 aveiros, tendo empregadas 796 pessoas; e no concelho de Mira havia 9 barcos com 920 pessoas. Total d'esta industria no districto de Coimbra: 16 lanchas, 32 barcos, e 11 aveiros; sendo pessoas empregadas 2:078.»

Aveiro.—Todos os dias a imprensa das provincias tem confirmado o que temos dito acerca do zelo que muitas vereações mostram na actualidade, com relação aos melhoramentos publicos dos seus respectivos

mos com o governo a segunda e ultima parte do empréstimo para as obras da barra, com as mesmas condições que se haviam estipulado para a primeira parte do mesmo empréstimo.

«Dispossemos de 92 acções d'este banco ao preço de 240\$000 réis, suspendendo a venda das 30 que restam, por estar mui próximo o dividendo, e ser provável que se obtenha por ellas o mesmo preço depois d'elle pago.»

«Do balanço que passámos a descrever veres o progressivo desenvolvimento que o giro do banco tem experimentado, e d'elle poderemos inferir o que devemos esperar da sua futura prosperidade.

«Descontaram-se 1.926 lettras no valor de réis 1.569.629\$885. Os empréstimos sobre penhores subiram a réis 418.414\$358.

«Transferências de fundos dentro e fóra do reino a réis 4.402.668\$643.

«As sommas depositadas a 2.557.990\$446 réis. «Movimento da caixa por entrada e saída a réis 11.689.398\$508.

«Em resultado apresenta a conta de ganhos e perdas um saldo de 53.105\$799 réis, de cuja importância, deduzindo a quantia de 23.285\$799 réis, somma que julgamos mais do que sufficiente para fazer face aos prejuizos que temos a soffrer com as lettras já protestadas e por protestar de diversas casas que falliram, e que todas juntas montam a 42.878\$730 réis, fica liquido um saldo de 29.820\$000 réis, o que nos habilita a propor-vos um rateio para o presente semestre de 6\$000 réis ou 3 por cento por acção, que, junto ao dividendo feito no primeiro semestre, prefaz a quantia de 11\$000 réis ou 5 1/2 por cento ao anno.»

Montalegre—Na feira que no dia 27 do passado teve lugar nesta villa, dizem as folhas do Porto, foram presos, por ordem do administrador do concelho, dois individuos, que disseram ser do logar de Villarinho de Gallegos, do concelho de Mogadouro, e chamarem-se Gregorio Nunes e Francisco Nunes.

No acto da prisão achou-se-lhes uma libra falsa, e no meio da palha do albardão de um cavallo que traziam encontraram-se, embulhadas n'um papel, cinco libras, também falsas, e uma carta fechada, e quasi enigmatica, que se supõe escripta por outro cumplice.

Tinham consigo dez libras boas, e algum dinheiro em prata, que se presume ser dinheiro havido por elles, em diferentes partes, em troca das libras falsas, por se verificar que na feira tinham também trocado uma. Foram entregues ao poder judicial. São muito louváveis os esforços que as autoridades administrativas empregam na perseguição dos falsificadores e passadores de moeda falsa, sendo de esperar que não affrouxem no empenho de acabar com tão criminoso trafico.

Valença—O rio Minho havia baixado bastante, mas ainda não estava no seu verdadeiro leito. Segundo escreve a *Rasão*, o tempo continuava bom, e os lavradores estavam contentes, porque contavam com um anno abundante.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 9 do corrente, e de Paris até 6.

Dos despachos telegraphicos transmitidos pelo commandante em chefe das forças navas hespanholas se depreheende que, em consequencia do mau tempo, continuam interrompidas as operações.

No acampamento de Tetuán até ao dia 8 do corrente, data das ultimas noticias, não occorreu novidade alguma.

Além dos despachos que contém estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: **New-York**, 25 de fevereiro.—O *Morning Herald* revela o projecto da aquisição de Cuba. O general Huston partiu para o Rio Grande com forças imponentes, destinadas á expedição.

Londres, 8 de março.—O *Times* insiste em affirmar que a Inglaterra não fará a guerra para se oppor á annexação da Saboya á França.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Londres, 7 de março.—Á noite, na camara dos lords, lord Ellenborough perguntou se o gabinete deu alguns passos junto das grandes potencias para obter a cooperação d'ellas, a fim de influir para que a França desista da annexação á Saboya. O duque de Newcastle respondeu que a opinião do governo, sobre esse assumpto, fóra communicada á Austria, Prussia e Russia em notas dirigidas por lord John Russell a lord Cowley.

Lord John Russell faz da adopção do tratado de commercio questão de gabinete, e parece que a opposição cede na parte relativa a não envolver essa questão com a da Saboya, na qual o gabinete está de accordo com a opposição.

Florença, 7.—Foi publicado um decreto que annulla os anteriores, quando estes tenham por fim modificar ou supprimir a liberdade da imprensa em materias politicas.

Marsella, 7.—Em Napoles esteve a tropa em armas, forar presos diferentes personagens importantes.

Diz-se que serão desterradas muitas pessoas de distincção.

As correspondencias de Sicilia dão noticia do assassinato de um magistrado. Consta das mesmas correspondencias, que foi arremessada uma bomba contra o director geral da policia.

Nos estados romanos ha grande agitação. Em algumas povoações são processões com bandeiras tricolores.

Os liberaes abstem-se de fumar e de entrar na loteria, a fim de não prestarem o mais leve auxilio ao governo.

Paris, 7.—Os jornaes de novo atacam a Inglaterra pela opposição que essa potencia faz á annexação da Saboya.

FRANÇA

Todos os jornaes francezes transcrevem do *Moniteur Universel* duas notas que o ministro dos negocios estrangeiros da França dirigiu, em 24 de fevereiro ultimo, a primeira ao barão de Talleyrand, ministro da França, em Turim; e a segunda ao conde de Persigny, embaixador da França em Londres, juntamente com uma copia da nota dirigida ao primeiro d'estes diplomatas.

O primeiro d'esses documentos, que por falta de espaço não transcrevemos na sua integra, contém as propostas do governo francez para a solução da questão italiana, propostas a que o discurso do throno deu já uma publicidade official.

Ei-las: «1.ª Annexação completa dos ducados de Parma e de Modena á Sardenha;

«2.ª Administração temporal das legações da Romania, de Ferrara e de Bolonha, sob a fórma de um vicariato exercido por sua magestade sarda em nome da santa sé;

«3.ª Restabelecimento do grão-ducado da Toscana, em sua autonomia politica e territorial.»

Depois de examinar detidamente as vantagens que resultariam de uma tal combinação, Mr. de Thouvenel acrescenta o seguinte:

«Tendo a certeza de operar sobre uma base que deve satisfazer completamente a França e a Sarde-

nha, que deve pacificar a Italia por largo tempo, e não contrariar de uma maneira absoluta nenhum dos interesses que a Europa tem o direito e o dever de proteger, o governo de sua magestade não só não hesitará em comprometter-se a defender, n'uma conferencia ou n'um congresso, uma tal combinação; mas até a proclamará como inatacavel, a seus olhos, por uma intervenção estrangeira. Nesta hypothese, a Sardenha pôde contar com a nossa coadjuvção. Podeis declarar formalmente o que levamos dito ao conde de Cavour.

«Parece-me agora, sr. barão, não dever entrar em mais promoes para explicar qual seria a nossa attitude se o gabinete de Turim, livre na sua escolha, preferir correr os perigos que mencionamos, pedindo-lhe que os evite. A hypothese, em que o governo de sua magestade sarda só deveria contar com as suas proprias forças, desenvolve-se de alguma maneira por si mesma e ser-me-hia penoso entrar em explicações mais amplas sobre este ponto.

Limite-me pois a dizer-vos, por ordem do imperador, que, por fórma alguma, consentiremos em assumir a responsabilidade de semelhante situação. Quaesquer que sejam as suas sympathias pela Italia, e principalmente pela Sardenha que verteu o seu sangue a nosso lado, sua magestade não hesita em declarar positivamente que procederá sempre de accordo com os interesses da França. Como eu disse ao conde de Persigny, dissipar as allusões perigosas, não é restringir o uso que a Sardenha e a Italia podem querer fazer da liberdade conquistada com o nosso auxilio, de que nos honramos, e de que são prova as ultimas declarações que o governo do imperador alcançou da corte de Vienna; é simplesmente, repetir, reivindicar a independencia da nossa politica, e po-la ao abrigo de complicações que não resolveremos, se não se attender aos nossos conselhos.

«Não terminarei esta nota, sr. barão, sem vos dizer algumas palavras relativas á Saboya e ao condado de Niza. O governo do imperador lamenta a discussão prematura e inopportuna de que essa questão foi o objecto por parte dos jornaes; porém não pôde considera-la como a expressão de uma opinião que, de dia a dia, mais se fortifica, e com a qual se deva contar. Tradições historicas, que n'esto momento julgamos inutil recordar, acreditaram a idea de que a formação de um estado mais poderoso ao pé dos Alpes seria desfavoravel aos nossos interesses, e não obstante, na combinação desenvolvida n'esta nota, não ser completa a annexação de todos os estados da Italia central á Sardenha, é certo que debaixo do ponto de vista das relações externas ella seria equivalente, na realidade, a um resultado analogo. As mesmas previsões, por mais remotas que possam ser, reclamam as mesmas garantias; e a posse da Saboya e do condado de Niza, salvos os interesses da Suissa, que nós desejamos sempre tomar em consideração, também se nos apresenta, n'esta hypothese, como uma necessidade geographica para a segurança das nossas fronteiras. Desejamos pois sobre este ponto chamar a attenção do conde de Cavour; porém declarar-lhe-heis ao mesmo tempo que não queremos constrenger a vontade das populações; e que o governo do imperador, quando a occasião lhe parecer opportuna, não deixará de consultar previamente as grandes potencias da Europa, a fim de evitar que sejam mal interpretadas as razões que dirigem a sua conducta.

«Podeis ler esta nota ao conde de Cavour, entregando-lhe uma copia d'ella.» *Thouvenel.*

PIEMONTE

Os jornaes italianos occupam-se quasi exclusivamente da proxima reunião dos comicios eleitoraes. A *Opinione*, sem duvida em resposta aos jornaes radicaes, declara que o governo piemontez, consentindo em que se proceda a uma nova votação para a annexação, apenas pratica um acto de deferencia para com a França e o imperador dos francezes.

Tanto o jornal citado, como a *Unione*, sustentam que os electores serão perfeitamente livres, e que o governo sardo respeitará o resultado das suas decisões, qualquer que elle seja. A votação terá logar no dia 15 do corrente.

(*La Patrie.*)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE LECTURA

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
---------------------	--------------------------	-------------------------	--------------------

Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
-------------	----------	---------	-------

9 m.	756,18	10,4	81,0
------	--------	------	------

3 t.	754,90	10,6	82,3
------	--------	------	------

			ONO.
--	--	--	------

			ONO.
--	--	--	------

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--	--

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	Pipas Alm. Can.
----------------------------	-----------------

Vinho.....	80 6 4
------------	--------

Março, 9	
----------	--

MANIFESTADO PARA DEPOSITO	Pipas Alm. Can.
---------------------------	-----------------

Vinho.....	24
------------	----

Aguardente.....	4 15 10
-----------------	---------

DESPACHADO PARA CONSUMO	
-------------------------	--

No Porto	
----------	--

Vinho maduro.....	10 4 6
-------------------	--------

Dito verde.....	2 7 -
-----------------	-------

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	Pipas Alm. Can.
----------------------------	-----------------

Vinho.....	29 2 11
------------	---------

(Comercio do Porto.)	
----------------------	--

VINHO	
-------	--

Têm continuado as vendas no nosso mercado, e a que mais avulta entre todas foi uma de 240 pipas de vinhos velhos diversos, a uma respeitavel casa exportadora. Parece ter-se também realizado outra venda de cerca de 260 pipas de vinhos de 1858.

Outras vendas se têm mais realizado de parcelas menores. Os pregos têm tido algum incremento, especialmente nos vinhos da novidade de 1858, que já escasseiam no nosso mercado, e são procurados para as necessidades do mercado inglez. O nosso mercado tem apresentado, pois, outro movimento e animação a que desde muito tempo não estava habituado, e que é de crer continue em vista da redução de direitos em Inglaterra; e se fomos auxiliados pela Providencia com vindimas regulares, a par da extinção das restricções que tanto tempo pesou sobre este commercio, e que agora se tornam absolutamente improficuas, antes a conservação d'ellas prejudicial.

Poucas transacções se têm dado no mercado, e estas são limitadas ás necessidades da lotação. Conserva-se os pregos de 300\$000 a 320\$000 réis a do paiz, 280\$000 a 290\$000 réis a hespanhola.

(*Nacional.*)

EXPORTAÇÃO DE LARANJA	
-----------------------	--

As folhas do Porto continuam a mencionar a grande exportação de laranja que se estava fazendo pela barra do Douro. A cidade chegavam todos os dias muitos carros carregados com laranja para embarque. No dia 8 haviam entrado 90, e no dia 9 mais de 60.

O navio *Velocity*, capitão Cole, que havia saído d'este porto para Halifax, arribou no dia 28 do passado a Dartmouth, com agua aberta, avaria no casco e mastreção, tendo estado entre o gelo.

PRAÇA DO PORTO, 9 DE MARÇO	
----------------------------	--

MEIAES	Compra	Venda
--------	--------	-------

Peças de 8\$000 — a prata.....	7\$380	8\$000
--------------------------------	--------	--------

Oncas hespanholas — a ouro.....	15\$200	15\$800
---------------------------------	---------	---------

Ditas mexicanas — a ouro.....	14\$000	14\$200
-------------------------------	---------	---------

Soberanos — a prata.....	4\$490	4\$500
--------------------------	--------	--------

Ouro cerceado — a prata.....	1\$880	2\$000
------------------------------	--------	--------

Patacas hespanholas — a prata.....	\$340	\$350
------------------------------------	-------	-------

Ditas brasileiras — a prata.....	\$320	\$350
----------------------------------	-------	-------

Ditas mexicanas — a prata.....	\$320	\$350
--------------------------------	-------	-------

Prata em barra — a ouro.....	\$126	\$126 1/2
------------------------------	-------	-----------

Cinco francos — a ouro.....	\$880	\$900
-----------------------------	-------	-------

(Comercio do Porto.)	
----------------------	--

MOVIMENTO MARITIMO	
--------------------	--

BARRA DE LISBOA	
-----------------	--

Dia 11 de março de 1860	
-------------------------	--

EMBARCAÇÕES ENTRADAS	
----------------------	--

Souvenir, brigue inglez, capitão G. J. Lecouteur, de Villa Real de Santo Antonio em 14 dias, com mineral de enxofre a F. Martin & Son; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Liverpool, e vem arribado com agua aberta.	
--	--

De Hoop, escuna hollandeza, capitão J. Manneken, de Setubal em 6 dias, e da latitude 41° N. e longitude 2° a O de Greenwich em 3, com sal e cortica a O. Herold & C.; 7 pessoas de tripulação. Destina-se para Vlaardingen, e vem arribada com avaria no leme, e panno.

Dania, patacho dinamarchez, capitão J. F. Soeberg, de Hartlepool em 21 dias, com carvão a W. Gruis; 7 pessoas de tripulação.

Correio de Aveiro, rascas, mestre J. Simões, de Aveiro em 3 dias, com madeira; 10 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Antonio Ribeiro, Domingos Rabita, marítimos portuguezes.

Rebecca, vapor inglez, capitão T. Buttler, para Gibraltar, com ferro e mais generos; 14 pessoas de tripulação.

March Hare, escuna ingleza, capitão J. Marfield, para a ilha de S. Miguel, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Honorine, brigue francez, capitão A. Labbey, de Gergenti em 37 dias, com enxofre a ordens; 7 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 16 horas, com fazendas a G. A. Hancock & Comp.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala e 116 passageiros.

Fraternidade, polaca hespanhola, capitão J. L. Gonçalves, de Alicante em 34 dias, e de Torre Viegas em 8, com sal, vinho, e mais generos ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Ponte Vedra e vem arribada, com avaria no casco e guprez, da latitude de 39° 39' N. e longitude 4° 55' a O. de Cadiz, em consequencia do abaloamento que teve no dia 10 do corrente pelas 9 horas da noite com uma barca cuja nação ignora.

Cadiz, vapor hespanhol, capitão J. Pedro, de Cadiz em 3 dias, com vinho ao seu consul; 22 pessoas de tripulação, e 93 passageiros. Destina-se para Vigo, vem a este porto receber carvão, e é da força de 50 cavallos.

Mars, nau a vapor ingleza, commandante J. N. Strange, de Portsmouth em 6 dias; 750 praças de guarnição, 80 peças, e da força de 400 cavallos.

Dois de julho, patacho portuguez, capitão F. A. Pinto, de Cadiz em 11 dias, em lastro, a Charnica & Gonçalves; 9 pessoas de tripulação. Destina-se para Caminha, e vem arribado por causa do tempo.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Ande, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com fazendas e mais generos; 29 pessoas de tripulação e 21 passageiros.

Nova Lembrança, hiate portuguez, mestre J. J. de Oliveira, para Setubal, com assucar e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Ann & Isabella, brigue inglez, capitão J. Mowat, para Glasgow, com cortica; 10 pessoas de tripulação.

Naembooz Maelschapp, escuna belga, capitão E. Davos, para New Port, com sal; 5 pessoas de tripulação.

Tagus, escuna ingleza, capitão W. Wade, para Liverpool, com vinho, fructa e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, paquete inglez a vapor, capitão G. Ducaty, para Liverpool, com vinho e mais generos; 13 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 12 de março de 1860. — *J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, commandante.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS	
--------------------	--

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Ande, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com fazendas e mais generos; 29 pessoas de tripulação e 21 passageiros.

Nova Lembrança, hiate portuguez, mestre J. J. de Oliveira, para Setubal, com assucar e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Ann & Isabella, brigue inglez, capitão J. Mowat, para Glasgow, com cortica; 10 pessoas de tripulação.

Naembooz Maelschapp, escuna belga, capitão E. Davos, para New Port, com sal; 5 pessoas de tripulação.

Tagus, escuna ingleza, capitão W. Wade, para Liverpool, com vinho, fructa e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, paquete inglez a vapor, capitão G. Ducaty, para Liverpool, com vinho e mais generos; 13 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 12 de março de 1860. — *J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 12 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 10

Entradas—Portuguezes, patacho *Maria Camilla*, de Nantes, em 4 dias.—Hiates, *Antunes 1.º*